

Sumário

Número de notícias: 37 | Número de veículos: 27

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Justiça lança cartilha para evitar golpes em precatório 4

JORNAL DO DIA - ARACAJU - SE - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Campanha alerta para golpes no saque de precatórios 5

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita Federal define novas regras para inscrição no CPF 6

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - GERAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Regularização do CPF já está disponível 7

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita atualiza regras para inscrição de CPF 8

JORNAL DO DIA - ARACAJU - SE - GERAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Saiba como regularizar o seu CPF 9

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Contribuinte pode obter desconto de 70% em renegociação com a PGFN 10

JORNAL NH - NOVO HAMBURGO - RS - PAIS/MUNDO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Nova renegociação dará desconto de até 70% para dívida ativa da União 11

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - GERAL
SEGURIDADE SOCIAL

Voa Brasil deve iniciar em fevereiro 12

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Passagem aérea a R\$ 200 começa a ser vendida a partir de fevereiro 13

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Imunidade tributária de entidades do terceiro setor 15

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Créditos de IPI a exportadoras 16

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Contribuição do autônomo ao INSS 17

JORNAL SUPER NOTÍCIA - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Se liga nas novas regras para se aposentar; benefício pode ser dado por idade ou tempo de contribuição 18

PORTAL R7 - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

R7 Fala Comigo: 'Amigo dos Aposentados' tira dúvidas sobre a previdência19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

JCP provoca perdas de R\$ 208 bi em 21 anos, diz pesquisa do Sindifisco.....20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo projeta receita extra de R\$ 10 bi mesmo com lei desidratada.....21

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Governo lança editais para preencher 6.640 vagas.....22

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

Sob pressão de servidores por reajuste, governo prepara megaconcurso público.....24

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Regulamentação da reforma terá 19 grupos de trabalho.....25

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

BNDES dobra crédito para indústria em 2023 e atinge pico desde 2014.....27

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Análise: A jornada para fazer mais com menos ainda é longa.....29

O GLOBO ONLINE - RJ - BLOGS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Marcus Abraham: Justiça fiscal e social: virtudes da Reforma Tributária.....30

VALOR ONLINE - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Setor privado vê 20 pontos para exportação avançar.....33

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Importação de combustíveis recua em 2023, aponta estudo da StoneX.....35

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Emissor de debênture terá incentivo fiscal.....36

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Servidores insistem em reajuste em 2024.....38

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Jovens e menos escolarizados lideram alta do salário em 2023.....39

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Ibovespa cede antes de dados de inflação.....42

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Europa deve cortar juros antes que os EUA, diz WHG.....43

Quinta-Feira, 11 de Janeiro de 2024

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

É cedo para discutir redução de taxa, diz Schnabel 45

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - GERAL
ECONOMIA

Banco Mundial mantém previsão para PIB global 46

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
ECONOMIA

Dólar recua em meio à espera por resultados 47

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
ECONOMIA

Commodities em baixa voltam a afetar a bolsa 48

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
ECONOMIA

Guillen: cenário externo ainda é volátil 49

GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA
ECONOMIA

Inflação contraria expectativas e deve ficar abaixo do teto da meta 50

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Luciano Telo, do UBS, espera taxa Selic de 9% neste ano 51

Justiça lança cartilha para evitar golpes em precatório

A Justiça Federal lançou nesta semana uma campanha de prevenção a golpes relacionados ao pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor (RPV), após o governo federal quitar cerca de R\$ 94 bilhões em dívidas judiciais.

Precatórios são dívidas do poder público reconhecidas em definitivo pela Justiça, sem que haja mais possibilidade de recursos.

No fim do ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou o governo a abrir crédito extraordinário, por fora do orçamento da União, para pagar precatórios atrasados desde 2021.

Os pagamentos são operados pelos seis tribunais regionais federais do País, que começaram a transferir os valores já neste mês. Entre os valores pagos, estão R\$ 27,7 bilhões em causas ganhas por aposentados e outros beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Com a divulgação sobre a liberação dos valores para milhões de pessoas, aumenta a atividade de aproveitadores, que buscam enganar os beneficiários, razão pela qual o Conselho da Justiça Federal (CJF) lançou uma cartilha para esclarecer como funcionam os pagamentos.

O material alerta que não há nada a se fazer para apressar o pagamento de um precatório e que quem tem valores a receber deve evitar o contato de terceiros sobre o assunto. O ideal é sempre procurar o advogado da causa em busca de qualquer esclarecimento.

Outro alerta é que não é necessário nenhum pagamento prévio para receber um precatório. Caso receba pedidos de adiantamento de quantias, o beneficiário deve novamente procurar orientação do advogado.

A cartilha orienta que a única maneira de saber se um precatório já foi liberado é consultando o andamento do processo que gerou o pagamento. Para isso, é preciso ter informações como o número processual, número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou nome completo da pessoa que faz parte da ação.

Os tribunais federais disponibilizam meios eletrônicos

para a consulta.

Nenhum valor é depositado em conta pessoal. Primeiro, as quantias a receber são transferidas para uma conta judicial aberta na Caixa Econômica Federal ou no Banco do Brasil. Em seguida, o beneficiário pode comparecer à agência bancária para realizar o saque, munido dos documentos pessoais.

Também é possível receber por meio de transferência eletrônica (TED), em que o dinheiro sai da conta judicial indicada e vai para uma conta indicada pelo advogado da parte titular do processo.

Fila - Segundo a Justiça Federal, há milhões de beneficiários no aguardo da liberação dos precatórios, razão pela qual os pagamentos são feitos com uma ordem de preferência determinada pela Constituição: pessoas com doenças graves, idosos com mais de 60 anos e pessoas com deficiência física, nessa ordem, recebem primeiro.

Caso descubra que um precatório já foi sacado sem autorização, o beneficiário deve procurar a agência bancária para saber o que ocorreu e acionar seu advogado para que tome providências.

A cartilha completa sobre o pagamento de precatórios, elaborada pela Justiça Federal, está disponível no site do CJF.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-11-01-2024/>

Campanha alerta para golpes no saque de precatórios

A Justiça Federal lançou nesta semana uma campanha de prevenção a golpes relacionados ao pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor (RPV), após o governo federal quitar cerca de R\$ 94 bilhões em dívidas judiciais.

Precatórios são dívidas do poder público reconhecidas em definitivo pela Justiça, sem que haja mais possibilidade de recursos.

No fim do ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou o governo a abrir crédito extraordinário, por fora do orçamento da União, para pagar precatórios atrasados desde 2021.

Os pagamentos são operados pelos seis tribunais regionais federais do país, que começaram a transferir os valores já neste mês. Entre os valores pagos, estão R\$ 27,7 bilhões em causas ganhas por aposentados e outros beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Com a divulgação sobre a liberação dos valores para milhões de pessoas, aumenta a atividade de aproveitadores, que buscam enganar os beneficiários, razão pela qual o Conselho da Justiça Federal (CJF) lançou uma cartilha para esclarecer como funcionam os pagamentos.

O material alerta que não há nada a se fazer para apressar o pagamento de um precatório e que quem tem valores a receber deve evitar o contato de terceiros sobre o assunto. O ideal é sempre procurar o advogado da causa em busca de qualquer esclarecimento.

Outro alerta é que não é necessário nenhum pagamento prévio para receber um precatório. Caso receba pedidos de adiantamento de quantias, o beneficiário deve novamente procurar orientação do advogado.

Site: <https://grupoahora.net.br/impresso/a-hora-11-01-24/>

Receita Federal define novas regras para inscrição no CPF

BRASÍLIA

A **Receita Federal** publicou novas instruções para o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), voltadas para os brasileiros que ainda não constam na base de dados ou que tenham cadastro irregular.

Um ano atrás, uma nova lei estabelece que o CPF deve se tornar o único número de identificação do brasileiro, em substituição ao antigo Registro Geral (RG), da identidade. A mudança deve ocorrer até 2033. Por isso, todos os brasileiros devem checar se seus CPFs estão regularizados ou se inscrever na plataforma online da Receita.

COMO CONSULTAR OU FAZER A INSCRIÇÃO

Inscrição

CASO VOCÊ não tenha um número de CPF, basta entrar no site da **Receita Federal** e clicar em "Meu CPF" logo na primeira tela. Depois, entre em "inscrever-se no CPF" e preencha todos os dados requisitados.

Regularização

COM AS NOVAS regras, o CPF pode apresentar algumas classificações;

AINDA NA ABA "Meu CPF", é possível clicar em "Consultar CPF". Se o CPF estiver "Pendente de regularização",

você deve checar exatamente qual declaração do Imposto de Renda está faltando pelo portal e-CAC.

REGULAR: com o cadastro atualizado e a entrega da declaração do Imposto de Renda em dia;

PENDENTE de regularização: quando alguma declaração do Imposto de Renda não foi entregue.

ASSIM QUE o documento for enviado, o que pode ser feito por meio do aplicativo ou do site Meu Imposto de Renda, seu CPF ficará regular.

Fonte: **Receita Federal**.

Regularização do CPF já está disponível

A **Receita Federal** publicou nesta quarta-feira (10) no Diário Oficial da União uma atualização das principais instruções normativas que tratam da inscrição e participação no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

Gerenciado pela Secretaria Especial da Receita, a participação no cadastro é gratuita e só era obrigatória para pessoas físicas que mantivessem relação tributária no Brasil, ou que constassem como dependentes ou alimentados em declaração de Imposto de Renda, além de outras condições como abertura de contas, realização de investimentos ou operações imobiliárias, por exemplo. Também era possível a inscrição voluntária.

A lei que estabelece a inscrição do CPF como número único de identificação foi sancionada há um ano. Desde então, os órgãos responsáveis pela emissão da Carteira de Identidade Nacional (CIN) passaram a trabalhar com a **Receita Federal** na revisão de dados cadastrais e biométricos e inscrição de cidadãos que não constem na base de dados.

Com a mudança, pessoas naturais do Brasil, no momento de registro de nascimento, já deverão ser inscritas na base de dados da **Receita Federal**, gerando um identificador único numérico que não poderá ser alterado e nem gerado mais de uma vez, ou seja, uma pessoa nunca poderá ter mais de um CPF.

De acordo com o governo federal, o uso do cadastro como número único de identificação deverá substituir integralmente o antigo Registro Geral (RG) até 2033. Depois de inscrito, o cidadão poderá apenas realizar alterações de dados ou regular a situação cadastral quando houver a indicação de pendências.

É possível consultar a situação cadastral no site da **Receita Federal**. Em casos em que o cadastro apareça "pendente de regularização" é possível identificar qual o ano que a declaração do Imposto de Renda deixou de ser entregue, por meio do portal e-CAC, com o uso de uma conta Govbr. Depois é possível entregar a declaração pelo e-CAC, ou pelo aplicativo Meu Imposto de Renda, por celular ou tablet.

Para casos em que conste a situação "suspensão", é necessário fazer o pedido de regularização no site e agendar a entrega da documentação comprobatória da alteração na **Receita Federal** ou enviar os documentos pelo e-mail atendimentorfb.08@rfb.gov.br, após consultar o que é preciso apresentar.

Para correção de CPF incluído indevidamente na situação "titular falecido" ou "cancelado" é necessário agendar atendimento.

Site: <https://dmacervo.com.br/storage/edicoes/2024-01-10%2021:11:52.pdf>

Receita atualiza regras para inscrição de CPF

B A **Receita Federal** publicou ontem novas instruções para o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), voltadas para os brasileiros que ainda não constam na base de dados ou que estejam com o cadastro irregular. Aproximadamente um ano atrás, uma nova lei foi sancionada estabelecendo que o CPF deve se tornar o único número de identificação do brasileiro, em substituição ao antigo Registro Geral (RG), que consta na Carteira de Identidade Nacional (CIN).

De acordo com informações do governo federal, essa mudança deve acontecer até 2033. Por causa disso, todos os brasileiros devem checar se seus CPFs estão regularizados ou, caso não tenham cadastro, se inscrever na plataforma on-line da Receita.

Até então, apenas algumas pessoas eram obrigadas a ter um CPF, como aquelas que constam como dependentes no Imposto de Renda ou pretendem realizar serviços financeiros diversos, como abrir uma conta em um banco.

Caso você não tenha um número de CPF queira fazer a inscrição, basta entrar no site da **Receita Federal** e clicar em "Meu CPF" logo na primeira tela. Depois, entre em "inscrever-se no CPF" e preencha todos os dados requisitados.

A PARTIR DE 2033 CPF será feito logo após o nascimento da pessoa, que terá um único número de identificação

SAIBA SE O SEU CPF ESTÁ REGULAR

COMO REGULARIZAR O DOCUMENTO Com as novas regras, o CPF pode apresentar algumas classificações: regular e pendente de regularização. Se o seu estiver pendente de regularização, você deve checar exatamente qual declaração do Imposto de Renda está faltando por meio do portal e-CAC. Para isso, no site da Receita, vá na aba "Meu CPF" e em "Consultar CPF".

.....

CASOS DE SUSPENSÃO Outra possibilidade é o seu CPF constar como suspenso.

Neste caso, você deve pedir a regularização no site e agendar a entrega dos documentos faltantes para a **Receita Federal**.

O mesmo vale se seu CPF tiver sido incluído

indevidamente na situação "titular falecido" ou "cancelado".

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Saiba como regularizar o seu CPF

A **Receita Federal** publicou nesta quarta-feira (10) no Diário Oficial da União uma atualização das principais instruções normativas que tratam da inscrição e participação no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

Gerenciado pela Secretaria Especial da Receita, a participação no cadastro é gratuita e só era obrigatória para pessoas físicas que mantivessem relação tributária no Brasil, ou que constassem como dependentes ou alimentados em declaração de Imposto de Renda, além de outras condições como abertura de contas, realização de investimentos ou operações imobiliárias, por exemplo. Também era possível a inscrição voluntária.

A lei que estabelece a inscrição do CPF como número único de identificação foi sancionada há um ano. Desde então, os órgãos responsáveis pela emissão da Carteira de Identidade Nacional (CIN) passaram a trabalhar com a **Receita Federal** na revisão de dados cadastrais e biométricos e inscrição de cidadãos que não constem na base de dados.

Com a mudança, pessoas naturais do Brasil, no momento de registro de nascimento, já deverão ser inscritas na base de dados da **Receita Federal**, gerando um identificador único numérico que não poderá ser alterado e nem gerado mais de uma vez, ou seja, uma pessoa nunca poderá ter mais de um CPF. De acordo com o governo federal, o uso do cadastro como número único de identificação deverá substituir integralmente o antigo Registro Geral (RG) até 2033.

Situação cadastral -Depois de inscrito, o cidadão poderá apenas realizar alterações de dados ou regular a situação cadastral quando houver a indicação de pendências. As novas regras estabelecem que o CPF poderá apresentar as seguintes situações: regular (sem inconsistência cadastral e com a entrega da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física - DIRPF- em dia); pendente de regularização (DIRPF obrigatória não foi entregue); suspenso (inconsistência cadastral); cancelado (multiplicidade de inscrição); titular falecido (após certidão de óbito); e nulo (fraude). O pagamento de **tributos** não altera a situação do CPF, portanto pendência financeira não afeta os serviços associados ao identificador, como emissão da CIN ou o acesso a benefícios como o do **INSS** e o Bolsa Família.

Site: <https://grupoahora.net.br/impresso/a-hora-11-01-24/>

Contribuinte pode obter desconto de 70% em renegociação com a PGFN

Os contribuintes inscritos na Dívida Ativa da União podem renegociar, até 30 de abril, o débito com até 70% de desconto nas multas e nos juros. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) abriu na última segunda-feira cinco editais de transação tributária, modalidade de parcelamento criada durante a pandemia da Covid-19.

Chamado de Transações por Adesão, o programa permitirá o parcelamento da dívida em até 145 meses. Na transação tributária, o tamanho do desconto é determinado conforme a capacidade de pagamento do devedor. Quem tiver menor capacidade de pagamento terá os maiores descontos.

Os editais estão divididos nas seguintes categorias: dívidas de pequeno valor, débitos de difícil recuperação ou irrecuperáveis, capacidade de pagamento, inscrições garantidas por seguro garantia ou carta fiança e microempreendedores individuais. Segundo a PGFN, o governo espera recuperar cerca de R\$ 24 bilhões com as Transações por Adesão.

O devedor pode fazer simulações e pedir a adesão ao programa na página Regularize, portal de serviços eletrônicos oferecido pela PGFN.

O próprio sistema avalia a capacidade de pagamento e renegocia o débito, definindo o valor das parcelas e os descontos definitivos.

Apenas débitos de até R\$ 45 milhões poderão ser refinanciados.

O valor das prestações previstas não poderá ser inferior a R\$ 25 para o microempreendedor individual (MEI) e R\$ 100 para os demais contribuintes.

Os descontos não incidirão sobre o valor principal da dívida, apenas sobre juros, encargos e multas. A exceção será para os microempreendedores individuais, que poderão ter até 50% de desconto sobre a dívida global (valor principal mais juros, multas e encargos).

As negociações abrangem apenas os débitos inscritos em Dívida Ativa da União, quando a PGFN passa a cobrar a dívida na Justiça. Os débitos com a **Receita Federal** são objeto de outra renegociação, aberta na última sexta-feira (5). Dívidas com o Fundo de

Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) também estão fora do parcelamento especial.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-11-01-2024/>

Nova renegociação dará desconto de até 70% para dívida ativa da União

Brasília - Os contribuintes inscritos na Dívida Ativa da União podem renegociar, até 30 de abril, o débito com até 70% de desconto nas multas e nos juros. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) abriu segunda-feira (8) cinco editais de transação tributária, modalidade de parcelamento criada durante a pandemia de Covid-19.

Chamado de Transações por Adesão, o programa permitirá o parcelamento da dívida em até 145 meses. Na transação tributária, o tamanho do desconto é determinado conforme a capacidade de pagamento do devedor. Quem tiver menor capacidade de pagamento terá os maiores descontos.

Os editais estão divididos nas seguintes categorias: dívidas de pequeno valor, débitos de difícil recuperação ou irrecuperáveis, capacidade de pagamento, inscrições garantidas por seguro garantia ou carta fiança e microempreendedores individuais. Segundo a PGFN, o governo espera recuperar cerca de R\$ 24 bilhões com as Transações por Adesão.

O devedor pode fazer simulações e pedir a adesão ao programa na página Regularize, portal de serviços eletrônicos oferecido pela PGFN. O próprio sistema avalia a capacidade de pagamento e renegocia o débito, definindo o valor das parcelas e os descontos definitivos. (ABr) Limites Apenas débitos de até R\$ 45 milhões poderão ser refinanciados. O valor das prestações previstas não poderá ser inferior a 25 reais para o microempreendedor individual e 100 reais para os demais contribuintes.

Os descontos não incidirão sobre o valor principal da dívida, apenas sobre juros, encargos e multas. A exceção será para os microempreendedores individuais, que poderão ter até 50% de desconto sobre a dívida global (valor principal mais juros, multas e encargos).

As negociações abrangem apenas os débitos inscritos em Dívida Ativa da União, quando a PGFN passa a cobrar a dívida na Justiça. Os débitos com a **Receita Federal** são objeto de outra renegociação, aberta na última sexta-feira (5). Dívidas com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) também estão fora do parcelamento especial.

Site: <https://digital.jornalnh.com.br>

Voa Brasil deve iniciar em fevereiro

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, anunciou ontem, 10, que o programa Voa Brasil, de barateamento de passagens aéreas, deve estar disponível na primeira quinzena de fevereiro.

A iniciativa terá passagens por até R\$ 200 e deve alcançar, de início, aposentados do **INSS** e estudantes do Prouni que não viajaram de avião nos últimos 12 meses.

Segundo o ministro, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) pode entrar na operação para oferecer crédito às companhias aéreas "para investimentos". Ele não deixou claro se a instituição de fomento poderia subsidiar o barateamento das tarifas previsto no programa.

Em um primeiro momento, o Voa Brasil atenderá aposentados que ganham até dois salários mínimos - grupo que tem hoje por volta de 20 milhões de pessoas - e estudantes do Prouni - ao redor de 600 mil.

Passagens A quantidade de passagens previstas na primeira fase do programa deve ser anunciada pelo governo no dia do lançamento.

Segundo Costa Filho, a negociação com as aéreas está "bem alinhada". Em 18 de dezembro, ao lado do ministro, o presidente da Azul, John Rodgers, havia anunciado a oferta de 10 milhões de assentos por até R\$ 799.

Já o presidente da Gol, Celso Ferrer, falou em 15 milhões de assentos por até R\$ 699. Jerome Cadier, da Latam, prometeu promoções semanais com um destino com bilhetes sempre abaixo de R\$ 199.

Site: <https://dmacervo.com.br/storage/edicoes/2024-01-10%2021:11:52.pdf>

Passagem aérea a R\$ 200 começa a ser vendida a partir de fevereiro

Aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e bolsistas do Programa Universidade para Todos (Prouni) serão os primeiros segmentos beneficiados pelo programa Voa Brasil, que vai assegurar passagens aéreas a R\$ 200 por trecho. Previsto desde meados do ano passado, até então sem público-alvo anunciado, o programa ainda não tinha sido tirado do papel. De acordo com o ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho (Republicanos), a iniciativa será finalmente lançada pelo presidente Lula (PT) até o início do mês que vem.

"A gente espera que o presidente possa anunciar, agora no final de janeiro, mais tardar no início de fevereiro, um programa de passagens a R\$ 200, que serão para dois públicos específicos num primeiro momento, o público de aposentados do **INSS**, que dá em torno de 20 milhões de brasileiros, e também para alunos do Prouni, que atinge 600 mil estudantes", anunciou em entrevista a jornalistas, ontem, no Palácio do Planalto, após se reunir com o presidente.

Em postagem nas redes sociais, Lula escreveu sobre a reunião. "Me reuni hoje com o ministro dos Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, e o presidente do Sebrae, Décio Lima. Conversamos sobre o programa Voa Brasil, para oferecer passagens com preços mais baixos para aposentados e prounistas, os planos para a construção do túnel entre Santos e Guarujá e os esforços para a reativação do Porto de Itajaí, em Santa Catarina, parado pela incompetência com prazos do governo anterior. Começamos o ano trabalhando para termos avanços em todo o país", disse o presidente.

De acordo com o ministro, além dos estudantes de baixa renda do Prouni, os aposentados do **INSS** que terão direito a passagem mais barata são aqueles que ganham até dois salários mínimos (R\$ 2.824,00).

No dia do lançamento do programa, o governo já deverá informar o número final de passagens a serem disponibilizadas, mas a previsão é que sejam 1,5 milhão de bilhetes aéreos por mês. O objetivo é beneficiar pessoas que não voaram nos últimos 12 meses.

A previsão de Sílvio Costa é que 2,5 milhões a 3 milhões de pessoas que nunca viajaram de avião ou não viajam há mais de 12 meses consigam adquirir

passagens aéreas pelo programa, ampliando a democratização do acesso ao transporte aéreo no país.

"Essa é a primeira etapa do programa e, a partir daí, a gente vendo que o programa funcionou, vai tentar cada vez mais, ao lado das aéreas, buscar a ampliação do programa", destacou o ministro, ao comentar sobre a possibilidade de ampliação do desconto para outros públicos. Costa Filho afirmou que o programa foi construído com base no diálogo com as companhias aéreas, já que o governo não pode interferir na precificação das passagens. Apesar disso, o ministro informou que o governo monitora a prática de preços abusivos e celebrou o crescimento de 15% do número de passageiros, entre 2022 e 2023. "Esse ano [2023] a gente saiu de 98 milhões de passageiros para 115 milhões de passageiros, crescimento de passageiros de mais de 15% na aviação brasileira". (Agência Brasil)

Benefício será para quem não voou nos últimos 12 meses e ganha até dois salários

Sílvio: 20,6 milhões de pessoas serão beneficiadas

Rodovias e ferrovias vão ter R\$ 80 bi

O ministro dos Transportes, Renan Filho (MDB), disse que a expectativa do governo é investir entre R\$ 80 bilhões em ferrovias e rodovias até 2026. Para 2024, a previsão é entregar e iniciar cerca de 60 projetos no segmento rodoviário, além da realização de 13 leilões de rodovias, com potencial de injetar R\$ 122 bilhões em investimentos privados.

"A retomada dos investimentos no Brasil já repercutiu de maneira considerável na melhoria da nossa malha viária, e também permitiu que obras de infraestrutura, que vinham andando muito lentamente no país anteriormente, em razão do baixo volume de investimentos, se aproximassem da necessidade de recursos que o cronograma físico-financeiro das obras exige", disse.

"Com as condições promovidas pelo arcabouço fiscal, esperamos investir de R\$ 70 bilhões a R\$ 80 bilhões em recursos públicos no setor até 2026. Além disso, desenvolvemos uma carteira de projetos atrativos para aproximar ainda mais o setor privado neste ano",

completou.

O ministro disse ainda que o governo pretende atingir um índice de condição da malha rodoviária de 80% até o fim de 2024. Atualmente o índice está em 67%. "Demos um salto de 15 pontos percentuais em um ambiente que vinha tendo queda de 2016 a 2022. Essa é a demonstração de que o investimento que fizemos foi bastante relevante, e nossa meta é avançar ainda mais, em 80% da malha boa, atingindo o melhor nível de toda a série histórica", destacou.

Renan destacou que, em 2023, a pasta executou R\$ 14,5 bilhões. (Agência Brasil)

Site:

<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2024/01/passagem-aerea-a-r-200-comeca-a-ser-vendida-a-partir-de-fevereiro.html>

Imunidade tributária de entidades do terceiro setor

Entidades do terceiro setor ajuizaram a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7.563 no Supremo Tribunal Federal (STF) contra dispositivos da lei que regulamenta a certificação de entidades beneficentes e as regras para obtenção de imunidade tributária de contribuições para a **seguridade social**. A ação foi distribuída ao ministro André Mendonça. O chamado terceiro setor reúne entidades não governamentais sem fins lucrativos voltadas à prestação de serviços de caráter público. A Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen), a Confederação Brasileira de Fundações (Cebraf) e a Associação Nacional de Procuradores e Promotores de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social (Profis) afirmam que a Lei Complementar (LC) 187/2021 incluiu contrapartidas rígidas, de cunho econômico ou financeiro, para a fruição da imunidade tributária para as entidades do terceiro setor, "ao ponto de impossibilitar o acesso a essa garantia fundamental". Segundo as confederações, a imunidade tributária prevista no artigo 195, parágrafo 7º, da Constituição Federal, é uma cláusula pétrea, que não pode ser abolida por lei ou por emenda constitucional. O objetivo da imunidade, argumentam, é estimular a prestação de assistência social beneficente por instituições que trabalham ao lado e em auxílio ao Estado na proteção das camadas sociais mais pobres, excluídas do acesso às condições mínimas de dignidade.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-11-01-2024/>

Créditos de IPI a exportadoras

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que os créditos presumidos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), incentivos fiscais concedidos às empresas exportadoras, não compõem a base de cálculo da contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição da **Seguridade Social** (Cofins). O crédito presumido de IPI é um benefício fiscal concedido como forma de ressarcimento pelas contribuições devidas sobre matéria-prima e insumos adquiridos internamente, com o intuito de incentivar as exportações. O STF acompanhou o voto do ministro Luís Roberto Barroso (relator) no sentido de que os créditos são auxílios financeiros prestados pelo Estado às empresas exportadoras, a fim de desonerar o setor. Por não constituírem receita decorrente da venda de bens nas operações ou da prestação de serviços em geral, eles não se enquadram no conceito de faturamento, sobre o qual incidem as contribuições sociais, de acordo com a Lei 9.718/1998. A tese de repercussão geral fixada foi a seguinte: "Os créditos presumidos de IPI, instituídos pela Lei nº 9.363/1996, não integram a base de cálculo da contribuição para o PIS e da Cofins, sob a sistemática de apuração cumulativa (Lei nº 9.718/1998), pois não se amoldam ao conceito constitucional de faturamento".

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-11-01-2024/>

Contribuição do autônomo ao INSS

O pagamento de contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) dos contribuintes individuais, facultativos e donas de casa de baixa renda sobre um salário mínimo segue o novo piso nacional, de R\$ 1.412. A alíquota do **INSS** pode ser de 5%, 11% ou 20%, dependendo do plano de **Previdência Social** e das regras nas quais se enquadram os profissionais. Autônomos que contribuem com 20% sobre o mínimo têm direito de se aposentar por idade ou tempo de contribuição. Já os trabalhadores que pagam o plano simplificado, de 11% (R\$ 155,32), só conseguem a aposentadoria por idade. Para donas de casa de baixa renda, o valor da contribuição vai de R\$ 66 para R\$ 70,60 equivalente a 5% do piso nacional. Neste caso, a contribuição dá acesso também apenas à aposentadoria por idade. Contribuintes facultativos, que também podem pagar sobre 11% do salário mínimo, são aqueles que estão desempregados, como estudantes ou profissionais que perderam o emprego e não estão prestando serviços a pessoas jurídicas. Já os autônomos donos de empresa devem pagar a contribuição ao **INSS** no dia 20 de cada mês sobre 20% e, neste caso, também haverá mudança do valor, que será de R\$ 282,40 a partir de fevereiro.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-11-01-2024/>

Se liga nas novas regras para se aposentar; benefício pode ser dado por idade ou tempo de contribuição

O Quem está Córttârtddó OS anos ou dias para se aposentar deve levar em conta os efeitos que as mudanças aprovadas pela reforma da Previdência causam a partir de 2024. São regras de transição, que valem para quem já trabalhava antes

de 13 de novembro de 2019 e contribui para o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Assim, as contas que o trabalhador deve fazer para se aposentar são atualizadas todos os anos. A regra de transição vai até 2035. Entenda o que muda em 2024.

CASO A CASO

Veja o que é preciso para poder se aposentar

Por tempo de contribuição

Uma das possibilidades é se aposentar pelo sistema dos pontos. Para saber o total de cada trabalhador, é necessário somar a idade ao tempo de contribuição

Em 2024, para as mulheres, são exigidos 91 pontos (com pelo menos 30 anos de contribuição). Para os homens, 101 pontos (com 35 anos no IMSS)

Os tempos mínimos de permanência no sistema não se alteram. Já a pontuação sobe ano a ano. Em 2025, o somatório dos pontos será 92 para mulheres e 102 para homens. A regra de transição vai até 2035, quando mulheres precisarão somar 102 e homens, 105.

Por idade

Outra possibilidade de aposentadoria seria pela idade mínima - para quem não tem os pontos, mas tem o tempo de contribuição necessário.

A partir de 2024, são 58 anos e 6 meses para mulheres e 63 anos e 6 meses para homens. A idade aumenta seis meses a cada ano. Para a mulher, chega a 62 anos em 2031. Para homem, a 65 a partir de 2027.

OUTROS CASOS

Já o trabalhador que passou a contribuir com o **INSS** depois de 13 de novembro de 2019, quando a reforma da Previdência entrou em vigor, vai se aposentar pela regra permanente, a partir da idade de 65, para homens, e 62, para mulheres. O tempo mínimo de contribuição é de 20 e 15 anos, respectivamente.

COMO FUNCIONA O PEDÁGIO

Existem ainda as regras de transição do pedágio, que não mudam em 2024. Elas atendem às pessoas que estavam perto de se aposentar.

No caso de pedágio de 100%, homens necessi-

tariam ter 60 anos de idade para se aposentar, e mulheres, 57. Faltanda dois anos para se aposentar, por exemplo, os trabalhadores teriam que ficar mais quatro anos no serviço.

CALCULE SUA APOSENTADORIA

O **INSS** liberou uma ferramenta pela int

A simulação é feita com as informações

que estão na base de dados do **INSS**.

O resultado gerado pela calculadora é apenas para fins de consulta e não garante direito à aposentadoria.

Saiba o que fazer:

Entre no Meu **INSS** (meu.inss.gov.br/#/login);

Informe seu CPF e senha;

Clique em "Do que você precisa?" e escreva "Simular Aposentadoria";

Serão exibidas as simulações para todas as regras, antes e depois dc reforma da previdência;

Clique em "Baixar PDF" para mais detalhes.

Site: <https://www.otempo.com.br/super-noticia/>

R7 Fala Comigo: 'Amigo dos Aposentados' tira dúvidas sobre a previdência

R7 Fala Comigo

O R7 está no WhatsApp, siga o nosso canal

RECORD

JORNALISMO

VARIEDADES

R7 Fala Comigo

O empresário Marcelo Manhães falou sobre o seu escritório previdenciário que presta assessoria a idosos e tira dúvidas sobre os direitos relacionados ao benefício do governo federal. Conhecido como o "Melhor Amigo dos Aposentados", Manhães reforçou que, mesmo sem ter contribuído para o **INSS**, pessoas acima de 65 anos têm direito a receber um salário mínimo.

Carregando...

Rio de Janeiro

Utilizamos cookies e tecnologia para aprimorar sua experiência de navegação de acordo com o Aviso de Privacidade .

Tenha à disposição toda a programação RecordTV e os conteúdos dos melhores canais em um só lugar.

Site: <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/r7-fala-comigo/videos/r7-fala-comigo-amigo-dos-aposentados-tira-duvidas-sobre-a-previdencia-11012024>

JCP provoca perdas de R\$ 208 bi em 21 anos, diz pesquisa do Sindifisco

BIANCA LIMA BRASÍLIA

O chamado Juros sobre Capital Próprio (JCP), mecanismo usado por grandes empresas para distribuir lucros a sócios e acionistas pagando menos **tributos** federais, fez com que a União deixasse de arrecadar R\$ 208 bilhões ao longo de 21 anos. Os valores foram corrigidos pela **inflação** e são referentes ao período entre 2001 e 2022, segundo cálculos do Sindifisco Nacional, sindicato que reúne os auditores da **Receita Federal**.

Cerca de um quarto desse montante (R\$ 55,1 bilhões) seria destinado à **segurança social**, por meio da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Isso porque o uso do JCP afeta as bases de cálculo da CSLL e do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), levando à redução no pagamento desses **tributos** por parte das companhias - sobretudo aquelas de capital aberto, que têm ações na Bolsa e fazem uso frequente do instrumento.

O JCP entrou na mira do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no início de 2023, quando teve início a caça aos "jabutis tributários", na terminologia usada pelo chefe da equipe econômica, que vem buscando elevar a arrecadação para cumprir a promessa de zerar o déficit público neste ano.

Haddad citou abusos no uso do mecanismo e tentou extingui-lo, mas, assim como o seu antecessor (Paulo Guedes), acabou esbarrando nas resistências do Congresso e do setor privado. O projeto do governo foi desidratado durante a tramitação e a versão final, já sancionada pelo presidente Lula, ataca apenas o planejamento tributário, deixando de lado mudanças mais bruscas (mais informações nesta página).

AUMENTO DA CARGA. Ainda assim, o texto suscitou críticas do empresariado, que alega que as mudanças não poderiam ter sido discutidas isoladamente, mas sim no âmbito de uma ampla reforma do Imposto de Renda. Em entrevista ao Estadão, o presidente executivo da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), Pablo Cesário, alertou que as mudanças, da forma como foram feitas, levarão a um aumento na cobrança de **impostos** sobre as empresas nacionais, em meio a uma carga tributária já pesada.

A reforma do IR, pleiteada pelos empresários, é uma promessa do ministro Fernando Haddad, mas o tema ainda não tem consenso dentro do Congresso Nacional.

E isso em um ano recheado de leis complementares da reforma anterior, que terão prioridade ao IR, e com foco comprometido pelas eleições municipais.

Na nota técnica, os auditores fiscais destacam que apenas o Brasil e a Bélgica fazem uso desse instrumento atualmente, indo na contramão da tendência internacional.

"É um mecanismo utilizado por pouquíssimas nações por sua natureza regressiva (de beneficiar os mais ricos)", afirma o vice-presidente do Sindifisco Nacional, Tiago Barbosa.

Para ele, a manutenção do mecanismo foi uma decisão equivocada. "Para termos mais justiça fiscal, é urgente que o JCP seja extinto, uma ação tão importante quanto a volta da tributação sobre lucros e dividendos."

Reação As empresas defendiam uma discussão sobre o JCP como parte de uma reforma mais ampla do IR

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo projeta receita extra de R\$ 10 bi mesmo com lei desidratada

Apesar de terem sido desidratadas durante a tramitação no Congresso, as mudanças no mecanismo de Juros sobre Capital Próprio (JCP) terão o potencial de gerar uma receita extra à União, só neste ano, próxima a R\$ 10 bilhões, segundo membros da equipe econômica ouvidos pelo Estadão.

Ou seja, perto da cifra inicialmente estimada pelo Ministério da Fazenda quando o projeto foi enviado ao Legislativo.

Técnicos relataram que a projeção inicial da Fazenda teria sido extremamente conservadora e que as alterações aprovadas pelos parlamentares, mesmo que "minimalistas", farão uma única empresa, a Ambev, recolher R\$ 1,8 bilhão a mais aos cofres públicos neste ano. O montante coincide com a cifra estimada pelo banco BTG Pactual no último relatório dedicado à companhia.

Como mostrou o Estadão em setembro, a empresa vem sendo questionada pela **Receita Federal** por uso considerado irregular do mecanismo de JCP. Procurada para comentar o impacto da nova legislação, a Ambev afirmou em nota que, "como sempre, seguirá o que determina a lei, dentro dos limites estabelecidos". A empresa disse ainda que a mudança "será avaliada e os possíveis impactos, endereçados oportunamente".

BRECHA PARA PAGAMENTOS.

A expectativa de mudanças fez com que as grandes empresas corressesem para aproveitar a vantagem tributária em 2023, quando as regras originais, de 1995, ainda estavam em vigor. Segundo dados do Sindifisco (sindicato que reúne os auditores da **Receita Federal**), as companhias distribuíram R\$ 82,2 bilhões via JCP em 2023 até outubro, um aumento de 31% na comparação com o ano anterior.

Mesmo com a projeção de receita extra próxima à inicial, no caso do JCP, a equipe econômica segue avaliando novas medidas arrecadatórias, só que no âmbito administrativo - ou seja, que não precisem do aval do Congresso. Isso foi sinalizado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, durante café com jornalistas em dezembro.

O chefe da equipe econômica se comprometeu a zerar

o déficit nas contas públicas em 2024 - meta que ainda é vista com ceticismo pelo mercado financeiro, apesar do pacote aprovado no fim do ano passado no Congresso. Os analistas consultados pelo Boletim Focus, por exemplo, estimam um déficit primário (arrecadação menos gastos, sem considerar as despesas com juros) de 0,8% do **PIB** neste ano.

Antes de a lei mudar Foram distribuídos R\$ 82,2 bilhões via JCP em 2023 até outubro, alta de 31% na comparação anual

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo lança editais para preencher 6.640 vagas

BRUNO NOGUEIRA

A ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), Esther Dweck, apresentou, ontem, os detalhes do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU), conhecido como "Enem dos concursos". O certame tem provas marcadas para o dia 5 de maio, junto com os editais que vão selecionar 6.640 novos **servidores públicos** federais. Segundo Dweck, o concurso tem como objetivo "mudar a cara" do estado brasileiro, que teria passado por mudanças substanciais durante os anos do governo de Jair Bolsonaro (PL). "Tínhamos uma precariedade muito grande em todas as áreas, com falta de pessoas para garantir as políticas públicas", disse.

A ministra também ressaltou que as mudanças do ex-presidente na administração pública obrigaram uma reestruturação do governo Lula na Esplanada dos Ministérios, com mudanças no quadro de servidores devido a "criação" de pastas que haviam sido extintas com o fim das gestões petistas. A expectativa do governo é que a totalidade dos novos funcionários sejam empossados, ou iniciem os cursos de formação, ainda em 2024.

As inscrições para o CNPU ocorrem de 19 de janeiro até 9 de fevereiro. A aplicação das provas será em 5 de maio, com previsão dos resultados finais serem divulgados no dia 30 de julho. Em agosto, os aprovados começam a ser convocados para a posse ou cursos de formação. "A expectativa é que este ano entre todo mundo. Os órgãos, na verdade, estão desesperados. O prazo de maio foi uma combinação de tempo das pessoas poderem se preparar para o concurso e a necessidade dos órgãos poderem preencher, o mais rápido possível, as vagas", frisou a ministra Esther Dweck.

O MGI vai organizar a logística do concurso, com a colaboração de diversos órgãos como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), aproveitando a expertise no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) - a grande inspiração para o projeto. A banca responsável por aplicar as provas será a Fundação Cesgranrio. A expectativa do ministério é que o concurso mobilize mais de 3,5 milhões de candidatos, que irão disputar vagas em 21 órgãos públicos e ministérios, divididos em 8 blocos temáticos, cada um com seu próprio

edital. A previsão orçamentária com o novo pessoal está na casa de R\$ 2 bilhões, mas como as primeiras convocações começam em agosto, para este ano é esperado um gasto de pouco mais de R\$ 1 bilhão.

O concurso terá validade de 12 meses, podendo ser prorrogado por mais 12 meses. As inscrições estão no valor de R\$ 60 para o nível médio, e R\$ 90 para o nível superior. O CPNU também prevê isenção para pessoas inscritas no Cadastro Único (CadÚnico), doadores de medula óssea, bolsistas do Prouni e estudantes financiados pelo Fies. "São valores razoáveis para garantir uma maior cobertura e capacidade de participação para quem quer ser servidor público", pontuou. Das 6.640 vagas previstas, 5.948 são para nível superior (graduação) e 692 são de nível médio. Os salários variam de R\$ 3,7 mil a R\$ 23 mil.

diversidade

O CNPU será aplicado em 220 municípios. A ideia do ministério é expandir a "capilaridade" do serviço público, conferindo representatividade e diversidade nos quadros de pessoal. Segundo levantamento dos técnicos do MGI, 94,6% da população está em até 100km dos locais de prova. Também é previsto a reserva de vagas para pessoas com deficiência (PCDs, 5%), pessoas negras (20%), e indígenas (30%, apenas para servidores da Fundação Nacional dos Povos Indígenas).

Dweck explica que o objetivo é fazer o concurso "mais amplo possível", uma vez que os ministérios, de maneira isolada, não teriam capacidade financeira de fazerem um processo seletivo para cada órgão. "Queremos o serviço público com a cara do Brasil. Já temos uma diversidade regional em Brasília, mas achamos que a diversidade pode ser ampliada. Infelizmente, por falta de recursos, os concursos autorizados estavam ocorrendo apenas em Brasília. Obviamente, isso limitava a capacidade da população brasileira de prestar o concurso em si. (...) A maior parte da população, que não faz parte do setor público, teria muita dificuldade de vir até Brasília prestar um concurso", enfatizou.

Minas Gerais, por exemplo, as provas serão aplicadas em 26 cidades: Almenara, Araçuaí, Araxá, Belo Horizonte, Betim, Contagem, Curvelo, Diamantina,

Divi-nópolis, Governador Valadares, Ipatinga, Ituiutaba, Ja-naúba, Januária, Juiz de Fora, Lavras, Montes Claros, Mu-riaé, Paracatu, Passos, Patos de Minas, Pirapora, Itajubá, Teófilo Otoni, Uberaba e Uberlândia.

SEGURANÇA

*

O governo também aproveitou a coletiva para chamar atenção para a segurança do certame e alertar contra possíveis golpes. Com as inscrições sendo abertas apenas no dia 19, elas ocorrem apenas na plataforma oficial no portal Gov.br. As taxas podem ser pagas apenas por GRU (Guia de Recolhimento da União), expedidos em bancos estatais. O ministério ressaltou que não vai pedir dados dos candidatos, muito menos pagamento por PIX ou transferência. Só será permitida uma inscrição por CPF.

mudança positiva

Professora de administração pública e governo da Fundação Getúlio Vargas, Alketa Peci avalia que é positiva a mudança que deixa o concurso público "mais perto" de candidatos de várias regiões do país. "Os candidatos enfrentam custos como com avião, hotel, e muitos por vezes não conseguem ultrapassar essa barreira", diz. "Só de sair do eixo de Brasília e diversificar com regiões do país, você traz outros olhares, mais diversos." Peci observa, contudo, que é difícil pensar que haverá mudança no fato de que os candidatos com melhores condições socioeconômicas saem na frente.

"Acredito que esse concurso vai manter esse mesmo padrão. O Brasil é um país extremamente desigual, duvido que só pela parte da regionalização a gente conseguiria ver outra composição sociodemográfica de pessoas que passam no concurso público." O concurso será feito para selecionar futuros **servidores públicos** para 21 ministérios e outros órgãos. A professora Alketa Peci destaca que, embora o ponto mais discutido do novo modelo de concurso seja sua descentralização na aplicação da prova, a principal novidade está em abrir a discussão sobre deixar o serviço público "menos engessado".

"Tem um problema que se enfrenta hoje no setor público que é uma falta de mobilidade entre diversas carreiras e cargos. A pessoa entra naquela vaga, naquela instituição, e permanece a vida toda. Hoje nosso arcabouço legal não nos permite muito reajustar a força de trabalho de acordo com as novas demandas", diz. "É natural que alguns cargos fiquem obsoletos e outros tenham demanda crescente." "Não é com um concurso público que vai se resolver isso,

mas acredito que outras medidas podem ser pensadas para caminhar nessa direção. Serão necessárias mais mudanças, que vão permitir maior flexibilidade e mobilidade da força de trabalho, mas o concurso abre janela de oportunidade para avançar nessa direção, na medida em que trabalha com grandes áreas estratégicas."

mais vagas

Além do Concurso Público Nacional Unificado, outras oportunidades para quem busca uma vaga no serviço público estão abertas. O concurso público do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) teve as inscrições prorrogadas para 5 de fevereiro, de acordo com o "Diário Oficial da União" de ontem. Inicialmente, candidatos tinham até a última segunda-feira para se cadastrar.

São 300 vagas disponíveis para trabalhar na autarquia ligada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - 100 para início imediato e 200 para formação de cadastro reserva. As oportunidades, voltadas para profissionais com ensino superior, são para pesquisador-tecnologista em metrologia e qualidade, com 60 vagas imediatas, e analista executivo em metrologia e qualidade, com 40. Os salários iniciais são de R\$ 8.700,31, mais auxílio-alimentação de R\$658.

Com a prorrogação, o pagamento da taxa da inscrição poderá ser feito até 6 de fevereiro. O valor é de R\$ 125, mas doadores de medula óssea e membros de família inscrita no CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais) puderam solicitar isenção até o final de dezembro. De acordo com a assessoria de imprensa da banca realizadora do concurso, não é mais possível pedir isenção da taxa.

As inscrições só poderão ser feitas pela internet, mediante cadastro no site do Instituto de Desenvolvimento Educacional, Cultural e Assistencial Nacional (Idecam), que organiza o concurso. As provas estão marcadas para 14 de abril e serão divididas em dois horários: pela manhã, das 8h às 13h, prestam o exame candidatos às vagas de analista executivo; à tarde, das 14h às 19h, os de pesquisador-tecnologista. Serão 70 questões de múltipla escolha, mais uma redação de até 30 linhas.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Sob pressão de servidores por reajuste, governo prepara megaconcurso público

AMANDA PUPO FERNANDA TRISOTTO BRASÍLIA

Insatisfeitos com a decisão do governo de não conceder reajuste salarial para a categoria neste ano, os **servidores públicos** federais apresentaram ontem pedido de aumento para ocorrer em maio. A reivindicação ocorre no momento em que a União prepara um megaconcurso com previsão de mais de 6 mil vagas (mais informações na pág. B2).

O orçamento federal foi aprovado sem prever correção salarial para os servidores federais neste ano. Conforme o Ministério da Gestão, o reajuste, de 9%, só viria em 2025 e 2026, dividido em duas parcelas - 4,5% em cada ano.

A proposta dos servidores federais é de recomposições salariais até o fim do mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, com aumento de 9% neste ano, 7,5%, em 2025, e 7,5% em 2026, todas aplicadas a partir de maio. Segundo o documento entregue ao governo, assinado pelo presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques, e pelo vice-presidente da entidade, Fábio Faiad, os índices pedidos foram calculados "considerando que os Poderes Legislativo e Judiciário concederam aos respectivos servidores reajuste de 19,03%".

Quando enviou o projeto de lei orçamentária deste ano ao Congresso, em agosto de 2023, o Executivo afirmou que, embora a correção salarial de **servidores públicos** fosse "legítima", a medida se revelaria "imprudente" tendo em vista o cenário fiscal "restritivo" de 2024 - ao mesmo tempo que a equipe econômica tenta fechar o ano com déficit zero. O Executivo estimou que um reajuste linear de 1% significaria um crescimento na folha de pagamento de R\$ 3,46 bilhões.

No mês seguinte, a ministra da Gestão, Esther Dweck, disse que parte de uma receita adicional prevista neste ano poderia ser usada para reajustar o salário do funcionalismo. A ideia, porém, foi abandonada.

Os servidores já tiveram um reajuste nos salários e auxílios no ano passado. O aumento foi estabelecido por medida provisória, que concedeu correção linear de 9% para todos os servidores federais civis do Executivo, autarquias e fundações, incluindo

aposentados e pensionistas.

GREVE NO BC. Os servidores do Banco Central (BC) farão hoje uma greve de 24 horas, pela qual preveem um possível "apagão" nos serviços do banco.

Contracheque Servidores federais tiveram reajuste salarial de 9% em 2023; vale-alimentação teve correção de 43%

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Regulamentação da reforma terá 19 grupos de trabalho

Jéssica Sant"Ana e Marcelo Ribeiro

O governo deve criar 19 grupos técnicos de trabalho com Estados e municípios para regulamentar a **reforma tributária**, aprovada e promulgada pelo Congresso Nacional no fim do ano passado. A previsão é que a portaria saia em breve no "Diário Oficial da União".

O Executivo tem até 180 dias da promulgação para enviar os projetos de leis complementares ao Legislativo, mas o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), deseja que os textos cheguem o quanto antes para que haja tempo de os parlamentares discutirem as matérias. No Executivo, a intenção é terminar as propostas até março.

Segundo minuta obtida pelo Valor, os grupos técnicos serão voltados à regulamentação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). O primeiro é um tributo de competência da União, e o segundo, dos entes.

Os grupos serão temáticos. Entre os assuntos a serem tratados, estão regimes específicos e especiais; cesta básica e cashback; transição; modelo operacional; comitê gestor; fundos; alíquotas de referência; Imposto Seletivo; e Zona Franca. (ver quadro)

Parte dos grupos terá seis representantes titulares, e parte, nove. Em ambos os casos, a participação será paritária entre União, Estados e municípios.

A minuta diz que compete aos grupos discutir os temas relativos a seu escopo de atuação e formular a respectiva proposta de texto legal, acompanhada de relatório com fundamentação técnica.

Haverá, ainda, uma comissão de sistematização, que formulará o cronograma e o escopo de inicial de trabalho de cada grupo. Essa comissão será uma espécie de coordenação, liderada pela Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda. Haverá, ainda, uma equipe de quantificação que auxiliará no trabalho. A previsão é que esse órgão máximo unifique o resultado dos grupos e proponha os anteprojetos de leis.

Paralelamente, os Estados formaram 21 subgrupos de trabalho no âmbito do Conselho Nacional de Política

Fazendária (Confaz) também para debater a regulamentação da **reforma tributária**. Nesses subgrupos, somente os Estados têm participação. A ideia é chegar a uma convergência de interesses das 27 unidades da federação.

As conclusões dos subgrupos do Confaz serão levadas para os grupos formados por União, Estados e municípios e para comissão de sistematização.

Uma fonte admite que serão muitos grupos funcionando ao mesmo tempo - diante de um prazo exíguo de trabalho, mas garante que o objetivo de todos é ter textos os mais consensuados o possível. Quando isso não acontecer, as propostas serão levadas à comissão, que deve "deliberar" para criar um documento final que servirá de parâmetro para as leis complementares.

Conforme mostrou o Valor, pelo menos 71 pontos da reforma precisarão ser detalhados em leis complementares. Ao menos três projetos de lei devem ser enviados ao Congresso: um com a regulamentação geral dos novos **tributos**, outro sobre o comitê gestor do IBS e um terceiro para o Imposto Seletivo. Os demais temas serão inseridos nesses projetos ou num quarto ou quinto.

A movimentação na cúpula da Câmara para que os projetos sejam enviados antes do prazo de 180 dias é um esforço para que os textos seja construído um caminho para aprovação dos textos ainda neste ano. Por ser ano eleitoral, é preciso ganhar tempo para aumentar as chances de aprovação. A ideia é escalar um time de parlamentares afiado para dividir as relatorias desses projetos. Com isso, nada ficará concentrado nas mãos do relator da **reforma tributária**, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), o que aumenta as chances de avanço. Nos bastidores,

parlamentares afirmam que a pauta econômica tem grandes chances de continuar prosperando no Legislativo assim como ocorreu em 2023, mas pontuam que isso dependerá de uma "DR" com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que estremeceu a relação ao enviar uma medida provisória (MP) nos últimos dias do ano passado.

Cúpula da Câmara quer que projetos sejam enviados antes do prazo legal de 180 dias

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187760>

BNDES dobra crédito para indústria em 2023 e atinge pico desde 2014

Taís Hirata De São Paulo

O BNDES dobrou a aprovação de crédito para a indústria em 2023, em relação ao ano anterior. O volume liberado em operações diretas somou R\$ 26 bilhões - o maior patamar desde 2014, mas bem abaixo do valor aprovado naquele ano, de R\$ 48 bilhões.

"Os números mostram a volta do BNDES à agenda industrial. O banco é um ator chave da política de neointindustrialização, que é prioridade no governo", diz José Luis Gordon, diretor de desenvolvimento produtivo, inovação e comércio exterior do banco.

As operações incluem projetos de expansão produtiva, de economia verde, de exportação e inovação. Porém, ele afirma que o banco ainda não tem o balanço detalhado por setor beneficiado.

A retomada do BNDES em 2023 foi comemorada pelo setor. "É uma inflexão em relação ao ciclo de 2015 a 2022. O processo de recuperação precisa prosseguir, com a captação de recursos adicionais e apoio mais sólido a setores estratégicos", afirma Rafael Lucchesi, diretor de Desenvolvimento Industrial e Economia da CNI (Confederação Nacional da Indústria) e presidente do conselho de administração do BNDES.

"O banco teve um período muito ruim, em que reduziu dramaticamente os recursos. Isso impactou o investimento da indústria. Em 2023 houve uma recuperação, não se chegou aos níveis de 2014, mas o volume foi significativo. É um estímulo para as empresas se modernizarem", afirma Antônio Carlos Teixeira, diretor do departamento de competitividade e tecnologia da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e professor da FGV-EAESP (Escola de Administração de Empresas de São Paulo).

Economistas e analistas ouvidos pelo Valor veem a expansão do BNDES na indústria como positiva, em especial diante da retração nos últimos anos. Porém, também são apontadas ressalvas.

Eduardo Correia, professor do Insper, observa ao menos dois riscos. O primeiro é o custo macroeconômico. "Todo aumento do crédito direcionado tem um custo, porque o setor beneficiado não sente os efeitos gerais de variação dos juros, e a

política monetária perde eficácia", diz. Outra preocupação apontada é quanto à ausência de estudos de diagnóstico para guiar uma boa alocação dos recursos. "É preciso identificar com clareza onde estão as falhas de mercado", afirma.

A qualidade da distribuição dos recursos também é um ponto de atenção para Paulo Vicente, professor da Fundação Dom Cabral (FDC). "Em governos passados, priorizaram o desembolso a qualquer custo, uma política de campeões nacionais que não funcionou e o subsídio à taxa de juros, o que não se sustentou. Mas esse é outro governo, ainda vamos ver na prática os critérios. Não me parece que o cenário está se repetindo, não há declaração de políticas como as do passado." Para Correia, um fator que hoje dificulta a má alocação é que a sociedade está mais crítica. "É difícil imaginar que no contexto atual haverá uma concessão de recursos bilionária a um frigorífico, algo que é difícil de justificar." Na avaliação de Lauro Gonzalez, professor da FGV-EAESP, para além do papel do banco de prover linhas de longo prazo, atenuar falhas de mercado e ter atuação anticíclica em crises, é essencial que o financiamento da economia verde seja um foco central. "Seria possível amarrar critérios socioambientais ao crédito." Para 2024, a projeção do BNDES é manter o patamar de aprovações do ano passado, diz Gordon. "Esperamos seguir o mesmo ritmo. Se a demanda vier, vamos apoiar. É importante a queda da taxa de juros, que vai ajudar a TLP [Taxa de Longo Prazo, referência nos empréstimos do banco] a cair e podermos financiar mais." Correia, do Insper, avalia que será difícil retornar aos patamares anteriores a 2015, porque não há tendência de aumento nas fontes de recursos do banco, como o Fundo de Amparo ao Trabalhador ou o próprio Tesouro. "Por outro lado, pode haver um aumento da demanda da indústria, pela **reforma tributária** ou um novo ciclo de crescimento." Dentre os R\$ 26 bilhões aprovados pelo BNDES em 2023, as operações destinadas à inovação da indústria chegaram a R\$ 3,9 bilhões, um salto em relação a 2022, quando o valor foi de R\$ 1,5 bilhão. O setor é o único com taxas mais baixas, com indexador pela TR (Taxa Referencial). Apesar da alta, Vicente, da FDC, avalia que o volume ainda é baixo. "O total não dá US\$ 1 bilhão. Claro que melhorou, mas é pouco." O setor mais contemplado na área de inovação foi transportes, com três operações diretas no valor de R\$ 1,5 bilhão. Na sequência vêm os segmentos de

telecomunicações, saúde e agrícola. Como as operações não foram fechadas, Gordon diz que ainda não é possível detalhar os beneficiados.

Questionado sobre mecanismos adotados para garantir a inovação dos projetos financiados, o diretor do BNDES afirma que a área sempre traz risco. "Em inovação, pode dar certo, pode dar errado, faz parte do processo de construção. Mas temos várias empresas, como WEG, Intelbras, Embraer, que são inovadoras graças a apoio do BNDES. Há falhas, mas há casos positivos." Teixeira também destaca que a inovação, para ser válida, não necessariamente precisa se dar na fronteira. "A inovação é algo novo que traz algo positivo, para o mundo, para o setor ou para a empresa. É o conceito da OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico]."

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187760>

Análise: A jornada para fazer mais com menos ainda é longa

Opinião

* Carlos Rodolfo Schneider , empresário

O Brasil vem crescendo muito abaixo do que poderia e deveria, há muitos anos, com alguns esporádicos anos fora da curva. Motivo relevante é a baixa produtividade e reduzida competitividade da nossa economia, exceção feita especialmente ao agronegócio, em que temos expressivas vantagens comparativas internacionais. Uma série de fatores interligados explica as nossas dificuldades de competir com economias mais dinâmicas nas demais cadeias de bens comercializáveis: alta carga tributária, baixa disponibilidade de poupança interna, baixa taxa de investimentos, infraestrutura precária, serviços públicos deficientes, excesso de burocracia, engessamento do orçamento público.

Para melhorar o ambiente de negócios, temos que continuar fazendo mudanças, reformas micro e macroeconômicas, que preparem o país a liberar-se da armadilha da renda média. Fizemos importantes avanços com as reformas Previdenciária e Trabalhista, e temos agora uma grande oportunidade de avançar numa **Reforma Tributária**, mesmo que parcial, para simplificar a caótica estrutura de **impostos**. É necessário fazer o alerta para que se resista à pressão pelo aumento da carga tributária e para a manutenção ou concessão de privilégios para segmentos ou agentes econômicos com maior capacidade de fazer lobby, levando a aumento de carga para os demais.

Muitas das amarras podem ser resolvidas com reformas infraconstitucionais, de mais fácil aprovação, a exemplo das já aprovadas Lei de Liberdade Econômica, independência do Banco Central, minirreforma política, que restabeleceu a cláusula de barreira, e a privatização da Eletrobras. Temos que aumentar o ritmo de ajustes, dada a ainda grande defasagem em relação às economias mais eficientes. A própria **Reforma Tributária** precisa ter uma segunda tranche de simplificações, e um importante esforço para redução da pesada carga de **impostos**, a mais elevada entre os países emergentes, que penaliza empresas e famílias brasileiras.

Isso requer que o Estado precise de menos recursos, isto é, que o gasto público seja mais eficiente. A tão aguardada Reforma Administrativa é um passo

importante nessa direção, juntamente com medidas apenas gerenciais, que melhorem processos administrativos, preenchendo os cargos com quadros qualificados, cujo desempenho seja reconhecido por uma meritocracia de fato, ao contrário do que hoje acontece.

Outro ponto importante a enfrentar, apontado com frequência por analistas externos, é a falta de senso de urgência no Brasil, o hábito de procrastinar as mudanças necessárias. Como exemplo, a falta de regulamentação, até hoje, de vários artigos da importante Lei de Responsabilidade Fiscal, editada no ano 2000. Como o artigo 67, que prevê a criação de um Conselho de Gestão Fiscal (CGF), que seria uma instituição fiscal independente, um xerife das contas públicas, composto por representantes da sociedade civil e do poder público, com a missão de orientar e vigiar tanto receitas quanto despesas públicas. É um instrumento que outros países que têm uma boa equação fiscal usam com sucesso para aumentar a eficiência do gasto público e, por consequência, reduzir o peso do Estado sobre a sociedade.

O poder público deve aprender a fazer mais com menos, para que também a sociedade consiga fazer mais, e, especialmente, para que o setor industrial, o mais dinâmico da economia, possa cumprir o seu potencial de contribuir com o desenvolvimento do nosso país.

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores pelo e-mail sredat.df@dabr.com.br

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/opinia0/2024/01/6784082-analise-a-jornada-para-fazer-mais-com-menos-ainda-e-longa.html>

Marcus Abraham: Justiça fiscal e social: virtudes da Reforma Tributária

A **reforma tributária** sobre o consumo aprovada recentemente por meio da Emenda Constitucional nº 132/2023 ainda precisa percorrer um longo caminho até ser efetivamente implementada, sobretudo no que se refere aos inúmeros assuntos e suas regras que dependem da edição de lei(s) complementar(es) para serem regulamentados.

Não será uma tarefa simples, sobretudo porque há que se atender a marcos temporais que foram definidos para o período de transição até a entrada em vigor das alterações ao atual sistema tributário e, principalmente, quanto aos novos **tributos** (IBS, CBS e Imposto Seletivo) e respectivos modelos de cobrança. Um desses relevantes marcos é o prazo de 180 dias para o encaminhamento, pelo Poder Executivo, do projeto de lei complementar ao Congresso Nacional, assim como a sua análise e aprovação por essa casa legislativa antes da primeira etapa de transição que deve se iniciar no ano de 2026, considerado este como "ano-teste" para os novos **tributos**.

Entretanto, o grande desafio não está apenas nos prazos, mas principalmente no conteúdo da regulamentação da **reforma tributária** com a efetivação das suas diretrizes principais, com um modelo de tributação justo, eficiente e seguro, para que se possa atingir o ideal de justiça fiscal e transformá-la em justiça social. São elas a simplicidade, a transparência, a não-cumulatividade plena, a neutralidade fiscal, a justiça tributária e a proteção ao meio ambiente.

Porém, antes de abordar cada um destes pilares, é importante tecer algumas breves linhas sobre a **reforma tributária**, a fim de apresentar ao leitor uma síntese das suas principais características e mudanças que serão introduzidas.

Dentre as principais inovações inseridas pela **reforma tributária** da EC nº 132/2023 destacam-se a criação de dois novos **tributos**: o Imposto sobre Bens e Serviços - IBS (de competência compartilhada dos estados, Distrito Federal e municípios) e a Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS (de competência federal), em substituição ao IPI, PIS, COFINS, ICMS e ISS. Ambos os **tributos** estarão dotados de legislação única para todo o território nacional (salvo as alíquotas), adotando-se o modelo

de padrão internacional de IVA Dual com base ampla incidente no consumo de bens ou de serviços, ambos com o mesmo fato gerador e cobrados no local do destino, dotados de não-cumulatividade plena, com pouca variação de alíquotas, renúncias fiscais e exceções. O objetivo é reduzir significativamente a complexidade do sistema fiscal e os custos com o cumprimento de obrigações acessórias, uniformizando as normas tributárias e facilitando a sua compreensão e cumprimento. Para tanto, é instituído um Comitê Gestor composto por representantes de estados, Distrito Federal e municípios, cuja função será a de gerir e redistribuir o produto da arrecadação entre os entes federativos.

Criou-se, também, um novo tributo federal intitulado Imposto Seletivo (IS), apelidado de "imposto do pecado" (tradução literal do inglês "sin tax"), de natureza extrafiscal, que incidirá sobre consumo de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, tais como cigarros e bebidas.

Alterações também foram feitas em relação a alguns **tributos** já existentes em nosso sistema fiscal: estendeu-se o âmbito de custeio da COSIP dos municípios e Distrito Federal para também financiar a ampliação do sistema de iluminação pública, o monitoramento de segurança e a preservação de logradouros; ampliou-se a base de incidência do IPVA para alcançar veículos automotores aéreos e aquáticos; permitiu-se a atualização periódica da base de cálculo do IPTU por decreto e a adoção da progressividade ao imposto sobre a transmissão causa mortis e doações - ITCMD.

Houve, ainda, uma significativa restrição na concessão de incentivos fiscais, a criação do Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais e do Fundo de Desenvolvimento Regional, a definição de regimes específicos e favorecidos para determinados bens e serviços, a criação de uma nova "cesta básica" de produtos alimentícios que serão isentos de **tributos**, e a instituição de um importante instrumento de devolução de **tributos** pagos para famílias de baixa renda, que ficou popularmente conhecido como "cashback tributário" ("devolução de dinheiro" ao consumidor final que suporta o peso da carga tributária).

Pois bem, é interessante ver que tais signos de justiça

tributária foram expressamente consignados no texto constitucional da reforma, conforme podemos identificar na redação dos § 3º e § 4º do art. 145, ao estabelecer que "o Sistema Tributário Nacional deve observar os princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente", e que as "alterações na **legislação tributária** buscarão atenuar efeitos regressivos". Até mesmo a concessão de incentivos fiscais de **tributos** federais (isenções, reduções ou diferimento) deverá considerar, sempre que possível, "critérios de sustentabilidade ambiental e redução de emissões de carbono" (§ 3º, art. 43, CF/88).

Início destacando a simplicidade pretendida na **reforma tributária**, a qual decorrerá da unificação de cinco **tributos** (ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS) em apenas dois: o IBS (imposto sobre bens e serviços) e a CBS (contribuição sobre bens e serviços), o que reduzirá significativamente a complexidade do nosso sistema fiscal, sobretudo porque estes possuirão as mesmas regras de incidência e cobrança, disciplinados pela mesma legislação.

Outra qualidade importante é a transparência que será efetivada a partir da cobrança dos dois novos **tributos** "por fora" do preço (não integrando a sua própria base de cálculo), sendo o seu montante destacado na nota fiscal, o que permitirá ao contribuinte, assim como ao consumidor, conhecerem o valor exato dos **tributos** que estão sendo pagos.

Por sua vez, o relevante sistema de não-cumulatividade plena permitirá que o tributo pago pelo adquirente (comprador) seja compensado integralmente com o tributo por ele devido na etapa econômica subsequente, e assim por diante, eliminando o efeito "em cascata" da tributação, modelo tipicamente adotado pela estrutura do Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Nos exatos termos constitucionais, tanto o IBS como a CBS serão não cumulativos, compensando-se o imposto devido pelo contribuinte com o montante cobrado sobre todas as operações nas quais seja adquirente de bem material ou imaterial, inclusive direito, ou de serviço, excetuadas exclusivamente as operações consideradas de uso ou consumo pessoal, nos termos da legislação.

A neutralidade fiscal propõe direcionar a tributação para que esta não interfira no mercado econômico e respeite a livre iniciativa, unificando ao máximo a base de incidência e alíquotas, reduzindo ou uniformizando as renúncias tributárias, para que se possa promover a plena isonomia (igualdade) tributária entre os agentes econômicos (contribuintes), além de extirpar de vez a guerra fiscal. Neste sentido, com o período de transição da **reforma tributária** e a calibragem da

carga fiscal, se permitirá que não haja aumento da carga fiscal, de modo que a arrecadação com os novos **tributos** corresponda ao montante daqueles que serão extintos.

A tão almejada justiça tributária que se pretende alcançar com a **reforma tributária** envolve a consideração da isonomia entre contribuintes e o respeito a sua capacidade contributiva, e a busca por uma distribuição equitativa da carga fiscal, reduzindo-se a multiplicidade de benefícios fiscais, e criando modelos arrecadatórios que mitiguem a regressividade tributária hoje existente no sistema tributário brasileiro. Ademais, com a adoção do modelo de tributação no destino, a arrecadação deixará de se concentrar na origem (onde as grandes empresas já se encontram) e passará do local da produção para o local do consumo, beneficiando estados e municípios menos desenvolvidos, promovendo a redistribuição de receitas e reduzindo as desigualdades regionais. Em adição, o novo mecanismo de "cashback" e a isenção da nova cesta básica irão também contribuir sobremaneira com o ideal de justiça fiscal.

Já a p roteção ao meio ambiente constante na **reforma tributária**, que objetiva restringir atividades poluentes e que tragam prejuízos ecológicos, deriva não apenas da nova determinação constitucional de que o sistema tributário deve observar a defesa do meio ambiente (art. 145, § 3º), como também se encontra na previsão do novo imposto seletivo federal (inciso VIII, art. 153), que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente .

Há décadas discutimos a necessidade de realização de uma ampla **reforma tributária**, tanto sobre o patrimônio e renda, assim como sobre o consumo, principalmente quanto a este último, que, no Brasil, se revela excessivamente regressivo, prejudicando sobretudo a classe de menor renda em nosso país.

Como obra humana que é, nenhuma **reforma tributária** será perfeita. Ainda que estejamos no início de uma longa e por vezes sinuosa estrada, com a Emenda Constitucional nº 132/2023 demos um importante e decidido primeiro passo para que tenhamos um modelo de tributação mais justo, com benfeitos reflexos tanto na área fiscal como na área social.

*Marcus Abraham é desembargador federal no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, pós-doutor em Direito (UFRJ e Universidade de Lisboa), doutor em Direito Público (Uerj), professor titular de Direito Financeiro e Tributário da Uerj, autor de diversos livros, dentre eles o "Curso de Direito Tributário brasileiro", "Curso de Direito Financeiro brasileiro" e

"Lei de Responsabilidade Fiscal comentada".

Site: <https://oglobo.globo.com/blogs/fumus-boni-iuris/post/2024/01/marcus-abraham-justica-fiscal-e-social-virtudes-da-reforma-tributaria.ghtml>

Setor privado vê 20 pontos para exportação avançar

Por Estevão Taiar - De Brasília

Por Estevão Taiar - De Brasília

11/01/2024 05h00 Atualizado há uma hora

O setor privado enxerga pelo menos 20 pontos que podem ser aprimorados para ampliar o comércio exterior brasileiro nos próximos anos. É o que mostra balanço preliminar, ao qual o Valor teve acesso, de consulta pública realizada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) no fim do ano passado.

Entre novembro e dezembro, a pasta recebeu 89 manifestações, das quais 83,1% vieram de associações de classe, empresas, federações ou confederações. A ideia é que as informações sejam usadas na elaboração da Estratégia Nacional de Comércio Exterior, que vem sendo desenhada pelo governo federal com o objetivo de "ampliar a inserção internacional da economia brasileira, facilitar o acesso a mercados, atrair mais investimentos estrangeiros e reforçar a segurança e a previsibilidade para exportadores".

Entre as propostas apresentadas pelo setor privado, há tanto aquelas mais ambiciosas, como realização de acordos comerciais (entre os quais o que envolve Mercosul e União Europeia) e conclusão da **reforma tributária**, quanto outras mais operacionais, a exemplo da realização de feiras e missões empresariais e do desenvolvimento do Portal Único Siscomex.

As sugestões foram também divididas de acordo com os cinco eixos que farão parte da Estratégia Nacional de Comércio Exterior: competitividade exportadora; integração econômica; desburocratização e facilitação de comércio; comércio e sustentabilidade; combate às práticas desleais e ilegais do comércio.

Em novembro, quando anunciou a consulta pública, o Mdic afirmou que cada um dos cinco eixos terá "iniciativas e indicadores" próprios, "que serão implementados e monitorados pelos próximos quatro anos".

Apesar de a consulta pública ter acabado, outros ministérios ainda vão apresentar sugestões

Para José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), embora sejam mudanças positivas, tanto as propostas quanto os cinco eixos tendem a esbarrar na implantação.

"São coisas sobre as quais [os agentes econômicos] falam há muitos e muitos anos, mas que não saem do lugar", afirma o especialista. Um exemplo citado por ele é justamente a ampliação do Portal Único.

Do lado positivo, a **reforma tributária** plenamente implantada é classificada por Castro como "o principal fator" que pode impulsionar o comércio exterior, ao "reduzir custos e burocracia".

Apesar de a consulta pública ter acabado, outros ministérios ainda apresentarão sugestões por meio da Câmara de Comércio Exterior (Camex), ligada ao Mdic. A tendência é que o conselho da Camex se reúna em abril ou maio, para consolidar as informações, e só então apresente a Estratégia Nacional de Comércio Exterior.

No ano passado, a corrente de comércio do Brasil, soma das exportações e importações, alcançou US\$ 580,5 bilhões. Foi a segunda maior da série histórica, perdendo apenas para os US\$ 606,7 bilhões registrados em 2022. Diversos economistas vêm destacando a possibilidade de as vendas para outros países estarem passando por um novo crescimento estrutural, influenciado pelo setores agropecuário e de petróleo.

Para 2024, a Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Mdic projeta corrente de US\$ 602 bilhões, fruto de US\$ 348,2 bilhões em exportações e US\$ 253,8 bilhões em importações.

No caso de instituições financeiras, consultorias e gestoras de recursos, a estimativa mediana era de corrente de US\$ 605 bilhões, com US\$ 338 bilhões em embarques e US\$ 267 bilhões em desembarques. Os números são do mais recente questionário que antecede as reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom), publicado no fim de novembro.

A autoridade monetária, por fim, projeta corrente de US\$ 613 bilhões, com exportações em US\$ 343

bilhões e importações em US\$ 270 bilhões. A metodologia do BC leva em conta itens de pequeno valor e criptoativos, por exemplo, que não entram no cálculo do Mdic.

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/01/11/setor-privado-ve-20-pontos-para-exportacao-avancar.ghtml>

Importação de combustíveis recua em 2023, aponta estudo da StoneX

Fábio Couto

A importação de óleo diesel e de gasolina pelo Brasil no ano passado foi menor do que a verificada em 2022, de acordo com um estudo divulgado pela consultoria StoneX sobre as compras externas dos derivados de petróleo. O raio-x foi elaborado com base em dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic). O Brasil importou 8,8% menos diesel em 2023, na comparação anual, ao mesmo tempo que trouxe de fora 8,2% menos gasolina para atender à demanda interna.

Em 2023, o volume importado de diesel acumulou 14,7 milhões de metros cúbicos (m³), o segundo maior valor para a série histórica. Segundo o relatório, assinado pelos analistas Bruno Cordeiro e Isabela Garcia, a queda nas compras externas de diesel reflete fatores

como a ampliação da produção de diesel A (sem adição de biodiesel) pelas refinarias e o aumento do percentual de acréscimo de biodiesel, de 10% para 12%.

Um dos destaques do diesel foi o mês de dezembro, que verificou o maior volume da série histórica para o mês, com 1,91 milhão de m³. Provavelmente, segundo a consultoria, o motivo foi a antecipação das compras do derivado à reoneração de **tributos** federais a partir do primeiro dia deste ano, em R\$0,35 por litro.

A Rússia foi o principal fornecedor do diesel importado pelo Brasil, com volumes que corresponderam a 50,45% do total das compras externas, seguida pelos Estados Unidos (24,47%). O embargo ocidental a produtos russos em contrapartida à invasão na Ucrânia fez com que a Rússia passasse a escoar produtos para outros mercados, encontrando na América Latina uma demanda por derivados, observou a consultoria.

"A entrada de diesel russo acabou sendo permitida em meio ao forte desconto de preços praticado frente a outras referências, sendo economicamente mais atrativo internalizar o combustível fornecido pela Rússia." A StoneX destacou ainda que o Brasil tornou-se o principal destino do diesel russo fora da Europa e o segundo maior comprador do insumo daquele país, atrás apenas da Turquia.

Ao mesmo tempo que as compras internacionais tiveram queda, o consumo de diesel B (vendido nas bombas) apresentou expansão acelerada, de acordo com a StoneX.

Entre janeiro e novembro do ano passado, as vendas do combustível cresceram 3,4% frente a igual período em 2022, para 60,16 milhões de m³. Esse número foi puxado pelo desempenho econômico positivo e pelo aumento da produção de soja e milho, demandando mais entregas. "Esses fatores de aumento da produção e redução da mistura de diesel A foram contrabalanceados pela expansão acelerada do consumo de diesel B no país", disse a StoneX no estudo.

No caso da gasolina, as importações totalizaram 4,16 milhões de m³ no ano passado, 8,2% a menos do que o registrado em 2022. Em dezembro, as compras externas foram 80,5% inferiores ao apurado no último mês de 2022.

O desempenho, destacou, refletiu a perda de competitividade da gasolina C (vendida nas bombas, com adição de álcool anidro), para o etanol hidratado nas bombas. Os carros flex, cujos motores podem utilizar os dois combustíveis, beneficiam-se do etanol mais barato quando a paridade de preços entre os dois combustíveis situa-se abaixo de 70%.

8,8% Volume de diesel importado a menos

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187760>

Emissor de debênture terá incentivo fiscal

Rita Azevedo De São Paulo

Empresas que atuam em áreas relevantes para a infraestrutura do país poderão em breve captar recursos no mercado por meio de um novo instrumento de dívida com benefícios fiscais. Foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Lei 14.801, que cria as debêntures de infraestrutura. Diferentemente das debêntures incentivadas, que estão no mercado desde 2011, esses papéis darão benefícios tributários às companhias emissoras e não aos investidores.

As empresas que tiverem esse tipo de dívida poderão deduzir da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) 30% do valor que foi pago em juros aos investidores.

A expectativa no mercado é que o benefício dado às empresas se traduza no pagamento de remunerações maiores nos títulos, ou seja, que ocorra uma "compensação" do benefício fiscal na forma de um rendimento maior aos investidores.

"Se isso ocorrer, as debêntures de infraestrutura poderão atrair bolsos diferentes, como o de fundos de pensão que já têm benefícios tributários e não enxergam muitas vantagens em títulos incentivados que apresentam taxas mais baixas", diz Ricardo Russo, chefe da área de infraestrutura do Pinheiro Neto Advogados.

Outra possibilidade é que as debêntures de infraestrutura comecem a atrair também os estrangeiros. A lei prevê, mediante regulamentação do Poder Executivo, que as operações possam ter uma cláusula de variação cambial, ou seja, que o título seja emitido no mercado brasileiro, mas com o valor atualizado conforme a variação do dólar.

"Isso pode ser interessante pela possibilidade de proteção da moeda tanto para a emissora que possui contratos de fornecimento em dólares quanto para os investidores estrangeiros", diz Miriam Signor, sócia da área de desenvolvimento e financiamento de projetos do Lefosse.

Entre os advogados ouvidos pelo Valor, há dúvidas se o benefício fiscal poderia ser estendido também aos títulos emitidos por empresas no exterior, os chamados "bonds". Essa questão, assim como outros detalhes das debêntures incentivadas, deve ser esclarecida em um decreto aguardado para os

próximos 30 dias. Nele, deve constar, por exemplo, quais setores da economia são prioridade na oferta das debêntures e quais tipos de projetos são elegíveis.

Conforme o texto da lei sancionada, os recursos captados com os títulos devem ser usados para "implementação de projetos de investimento na área de infraestrutura ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação".

Uma mudança relevante que a lei traz, segundo Signor, é que deixará de ser necessário uma aprovação ministerial prévia para os projetos atrelados às debêntures. Até agora, para emitir um título incentivado era necessário um enquadramento do projeto pelo ministério competente. Se uma empresa de energia, por exemplo, quisesse emitir uma dívida atrelada a um projeto de ampliação da linha de transmissão, deveria buscar o aval do Ministério de Minas e Energia. No caso das debêntures de infraestrutura, essa etapa deixa de existir, o que deve tornar o processo para a oferta mais rápido. "Muito embora isso não fosse um gargalo, a mudança facilita as emissões", diz a advogada.

As debêntures de infraestrutura devem concorrer, de certa forma, com as debêntures incentivadas, que ganharam espaço nos últimos anos em meio ao aumento dos juros no país. De janeiro a outubro de 2023, as emissões desses títulos somaram R\$ 51,5 bilhões, conforme dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbi-ma). O valor supera o movimentado em 2022, que foi de pouco mais de R\$ 40,7 bilhões.

Sobre uma eventual diminuição de ofertas das incentivadas a partir de agora, Marini Pigossi, sócia do Cepeda Advogados, diz acreditar que isso não deve ocorrer. "As duas são complementares e vão permitir às empresas focar em investidores diferentes. É um produto a mais que o mercado vai ter, o que é algo muito benéfico", afirma.

O que deve fazer uma companhia escolher entre emitir um ou outro tipo de debênture com benefício fiscal será, entre outros pontos, qual público ela pretende atingir.

Se o objetivo for alcançar o bolso do investidor pessoa física, as incentivadas devem ser as favoritas, já que garantem a isenção do Imposto de Renda para esses agentes. Se os investidores pessoa física comprarem debêntures de infraestrutura, terão que pagar o

mesmo que em outros produtos de renda fixa, com a alíquota podendo variar entre 22,5% e 15%, dependendo do período da aplicação.

"É um produto a mais que o mercado vai ter, o que é algo muito benéfico" Marinis Pigossi

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187760>

Servidores insistem em reajuste em 2024

FERNANDA STRICKLAND

Servidores do Poder Executivo federal, que compõem o Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), enviaram ontem, uma contraproposta sobre reajuste do funcionalismo. O documento encaminhado ao governo federal, propõe recomposição salarial em três parcelas: a primeira de 9%, a segunda de 7,5%, e a terceira de 7,5%, a serem implementadas, respectivamente, nos meses de maio de 2024, 2025 e 2026. O Executivo havia sugerido que o reajuste salarial para os próximos anos seria de 9%, em duas parcelas iguais de 4,5%, em maio de 2025 e em maio de 2026.

"Considerando que os Poderes Legislativo e Judiciário concederam aos respectivos servidores reajuste de 19,03%, com implementação em três parcelas iguais de 6%, e que a segunda será paga em fevereiro de 2024 e a terceira em fevereiro de 2025, e, ainda, que a média salarial do Poder Executivo Federal é bastante aquém daquela praticada pelos demais Poderes", escreveu o Fonacate no documento enviado ao governo.

Sobre os benefícios, o fórum propõe consignar em Termo de Acordo o compromisso de equiparação desses benefícios em relação aos valores praticados nos Poderes Legislativo e Judiciário até ao final de 2026. A proposta do governo para os benefícios era que o reajuste dos benefícios (auxílio-alimentação, per capita da saúde complementar e assistência pré-escolar) fosse reajustado em cerca de 51% a partir de maio de 2024. "Reconhecemos o esforço do governo federal em retirar a trava da LDO e corrigir benefícios em percentual superior à **inflação** acumulada desde o último reajuste", disse a entidade.

Insatisfeitos Segundo o presidente do Fonacate, Rudinei Marques, a divergência da proposta está na proposta do governo em fixar apenas duas parcelas de 4,5% em 2025 e 2026.

"Nós achamos isso muito pouco, sobretudo porque os Poderes legislativos e judiciais já tiveram reajuste de 18,3%, a segunda parcela entra agora em fevereiro de 6% e vão ter mais de 16% em fevereiro de 2025", afirmou.

"Então, considerando que os outros Poderes, até têm uma média salarial mais elevada em relação ao Executivo, achamos que não faz nenhum sentido o governo propor algo inferior e, sobretudo, deixar 2024

de lado. Ou seja, manter a política salarial do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro de congelamento para 2024", pontuou Marques.

A ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, foi questionada sobre o assunto durante coletiva de imprensa dos Concursos Unificados.

No entanto, ela preferiu não se manifestar. "Só soube da notícia pela imprensa e que não tem uma resposta", disse na ocasião.

O sindicato organizou, para hoje, uma greve de 24 horas dos servidores. De acordo com o Sinal, a próxima etapa da paralisação será a entrega dos cargos comissionados de chefia, caso as negociações com o governo não avancem. "Isso impactará negativamente o atendimento ao mercado e ao público, incluindo cancelamento de reuniões, manutenção em sistemas e atraso na divulgação de informações", disse a entidade em nota.

Jovens e menos escolarizados lideram alta do salário em 2023

Anais Fernandes

Contrariando o que poderia ser a intuição, jovens e pessoas com menor instrução foram os grupos proporcionalmente mais beneficiados pelo aumento dos rendimentos médios em 2023. Brancos, trabalhadores dos setores de serviços e comércio e empregados sem carteira assinada também concentraram ganhos. Em sentido contrário, os mais velhos, pessoas que estudaram até o ensino fundamental e que têm carteira assinada conseguiram surfar menos na onda de valorização dos salários-inclusive, alguns registraram perdas, como trabalhadores da agropecuária.

O rendimento médio mensal real efetivamente recebido no trabalho principal registrava avanço de 5,3% em setembro de 2023, último dado disponível da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (Pnad Contínua Trimestral), do IBGE, ante igual período de 2022 e estava 3,1% acima do equivalente ao pré-pandemia (terceiro trimestre de 2019).

Com os números sobre fluxos de emprego desafiando a compreensão de economistas, o Banco Central chegou a sinalizar que a autoridade monetária estava mais de olho no comportamento dos salários.

"Os dados do mercado de trabalho são intrigantes. O rendimento médio subiu rapidamente depois da pandemia", diz Hélio Zylberstajn, professor da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo (FEA-USP) e coordenador do Projeto Salariômetro. Na última Pnad mensal, no trimestre até novembro de 2023, o rendimento médio efetivamente recebido se aproximava de R\$ 3.000, enquanto no fim de 2021 rodava perto de R\$ 2.700, nota o professor. "Em quase dois anos, cresceu mais de 10% em termos reais."

Para jovens de 14 a 24 anos, no entanto, o avanço do salário no terceiro trimestre de 2023, ante 2022, rondava 6,5% e estava mais de 10% acima do pré-covid. Para quem tinha 60 anos ou mais, por outro lado, o rendimento médio crescia 2,3% e estava apenas 0,2% acima do patamar anterior à pandemia.

Com a emergência sanitária e um esforço, em 2022, do governo à época para zerar a fila da aposentadoria,

em meio à corrida eleitoral, muitas pessoas acima de 60 anos, especialmente aquelas que estavam no mercado formal, saíram do mercado em direção à inatividade, contribuindo para um crescimento menor do salário médio do grupo, aponta Lucas Assis, economista da Tendências Consultoria.

No caso dos jovens, que costumam ter mais dificuldade de ingressar no mercado de trabalho, é possível que haja um "efeito composição", diz Assis, com a saída do mercado daqueles que ganhavam menos aumentando a média salarial do grupo. A população ocupada com 14 a 17 anos caiu 15% no terceiro trimestre de 2023, ante 2022, enquanto os empregados com 18 a 24 anos reduziram 2%, pela mesma base de comparação.

Além disso, observa Assis, muitos desses jovens acabaram encontrando uma fonte de renda nas plataformas digitais de serviços de entregas, por exemplo. Uma pesquisa do IBGE mostrou que 21% dos trabalhadores por meio de aplicativos no setor de transporte para entregas de comidas e produtos tinham de 14 a 24 anos, enquanto na população ocupada em geral essa representação não chega a 15%. Isso também pode ajudar a explicar, segundo Assis, o ganho salarial do trabalhador por conta própria, que foi de 8,6% no terceiro trimestre de 2023, ante 2022, enquanto o do empregado tradicional foi de 4%.

Por grau de instrução, o crescimento salarial foi concentrado entre aqueles com menos de um ano de estudo (12,5%) e também foi mais expressivo na ponta contrária, entre quem tem ensino superior completo (4,7%). Entre os menos instruídos, no entanto, o rendimento médio está 22% acima do pré-covid, enquanto para os mais instruídos, estava 5,5% abaixo.

"Sabemos que algum grau de descompasso é inevitável no mercado de trabalho, mas, no Brasil, esse fenômeno de ter, de um lado, adultos qualificados enfrentando baixa demanda e, de outro, empresas que lutam para encontrar trabalhadores com as competências específicas, se intensificou depois de dois choques negativos, com a recessão de 2015-2016 e a da co-vid", diz Assis.

Ele acrescenta ainda que, na pandemia, trabalhadores com menos anos de instrução também encontraram

demanda e puderam se alocar em atividades de serviços como de transporte de passageiros ou entregas. "Ao mesmo tempo, há uma evolução cada vez mais rápida da inteligência artificial, do "big data" e toda essa digitalização que pode afetar significativamente o emprego de quem tem maior qualificação", afirma Assis.

O avanço salarial de homens e mulheres foi semelhante à média nacional e entre si no terceiro trimestre de 2023: 5,3% para eles e 5,2% para elas, na comparação com igual período de 2022. O rendimento médio das mulheres, no entanto, estava 4% além do pré-pandemia, enquanto o dos homens estava 2,6% acima. Ainda assim, as mulheres seguem ganhando menos de 80% do que ganham os homens.

Por cor, pretos e pardos ganharam, proporcionalmente, ainda menos do que os brancos em 2023. No terceiro trimestre, o salário médio dos pretos e pardos estava 5,6% e 6,8%, respectivamente, acima do pré-pandemia, enquanto o dos brancos estava 1,3%. Mas os trabalhadores que se autodeclararam brancos observaram um aumento de 6% no seu rendimento, ante o terceiro trimestre de 2022, um pouco acima dos pardos (5,6%) e bem acima dos pretos (3,3%). Assim, o salário de trabalhadores pretos, que em 2022 equivalia a cerca de 59% dos ganhos dos brancos, representava 57,6% em 2023.

Por grupamento ocupacional no trabalho principal, os maiores ganhos salariais foram para diretores e gerentes (11,2% no trimestre até setembro de 2023, ante igual período de 2022), mas trabalhadores dos serviços, comércio e mercados também tinham um avanço de 7,5% no seu rendimento médio. No subsetor de alojamento e alimentação, que faz parte de serviços, o ganho salarial foi de 14%.

"Isso se dá pela recuperação tardia desse segmento. Setores que dependem muito de interação social foram os últimos a se recuperar dos efeitos da pandemia. Isso acaba contribuindo para os salários envolvidos nessas atividades. O estoque de empregos formais em turismo, por exemplo, ainda nem recuperou o patamar pré-covid", diz Assis.

Ainda assim, o salário de um empregado do grupamento de serviços, comércio e mercados equivalia a cerca de um quarto daquele de diretores e gerentes.

Com o setor de serviços marcado pela informalidade, não é de se estranhar também que, por posição na ocupação, o maior ganho salarial tenha sido entre trabalhadores do setor privado sem carteira assinada: 8,4%, ante 2,7% para trabalhadores registrados, sempre na comparação entre terceiros trimestres de

2023 e de 2022.

No setor de agricultura e pecuária, o rendimento médio efetivo caiu 5,2% no terceiro trimestre de 2023, ante 2022, enquanto por grupamento ocupacional, trabalhadores qualificados desse setor ganharam 9,6% menos.

"Por mais que o agro tenha puxado a economia, é um setor muito mecanizado, são poucas pessoas e os ganhos não são tão distribuídos", diz Bruno Imaizumi, economista da LCA Consultores, observando também que o grupo inclui a agricultura familiar, menos rentável.

Assis, da Tendências, aponta ainda que a supersafra do início de 2023 pode ter levado à maior contratação de temporários, que tendem a ter salários mais baixos, o que contribuiria para reduzir a média dos rendimentos no setor.

Olhando à frente, a evolução dos rendimentos em geral até pode continuar positiva, mas de forma mais lenta, diz Imaizumi.

O Boletim Saliômetro, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), mostra que, com a queda da **inflação** entre 2022 e 2023, mais negociações salariais conseguiram reajustes acima da **inflação**. Em 2023, 78,5% dos reajustes foram acima do índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC); em 2022, foram apenas 27,4%.

O INPC deve continuar desacelerando nos próximos meses, ficando abaixo de 3% até meados de 2023, de acordo com o boletim. Mas a proporção de reajustes acima do INPC em novembro de 2023, de 67,6%, já foi a menor desde abril, segundo o relatório.

"Não devemos observar mudanças expressivas desses rendimentos médios, deve ser uma evolução mais comedida, até porque a expectativa de crescimento para a economia é bem menor", afirma Imaizumi. "O que pode ajudar é a nova política de reajuste do salário mínimo", pondera.

Com menor pressão inflacionária e expansão consistente do trabalho, o rendimento médio deve apresentar alta de 5% em 2023, após dois anos de queda, projeta a Tendências. Para 2024, a expectativa é de um crescimento de 1,5%. "Seria uma forte desaceleração, mas, na média do ano, ainda deve apresentar variação positiva", diz Assis.

"Rendimento médio subiu rapidamente depois da pandemia"

Hélio Zylberstajn

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187760>

Ibovespa cede antes de dados de inflação

Gabriel Roca, Matheus Prado, Gabriel Caldeira e Arthur Cagliari De São Paulo

À espera de dados de **inflação** do Brasil e dos Estados Unidos, que serão divulgados hoje, agentes financeiros evitaram ontem grandes apostas direcionais nos mercados locais, o que se refletiu em uma oscilação contida dos juros futuros e do câmbio. O Ibovespa teve tendência negativa mais pronunciada, dando sequência a um movimento de correção e diante do recuo de exportadoras de commodities.

O índice cedeu 0,46%, aos 130.841 pontos, e o dólar fechou em queda de 0,27%, a R\$ 4,8910. A taxa do contrato de Depósito Inter-financeiro (DI) para janeiro de 2025 subiu de 10,11% para 10,135%, com falas do diretor de política econômica do Banco Central no foco; e a do DI para janeiro de 2029 recuou de 10,29% para 10,245%.

Antes da divulgação das leituras de dezembro do índice de preços ao consumidor (CPI) dos EUA e do IPCA, investidores seguiram com menor predisposição para tomar riscos, embolsando lucros auferidos no Ibovespa no fim de 2023. Na sessão, Vale ON foi um ponto de pressão importante com queda de 1,50%, conforme a demanda por minério de ferro vacila.

A Santander Asset afirma ter visão neutra para a bolsa local. "O **comunicado** do banco central dos EUA, indicando a possibilidade de um início antecipado para o movimento de redução dos juros, sustentou o fluxo de investimentos para ativos de risco. Localmente, a continuidade da queda da taxa Selic tende a impactar positivamente. No entanto, o potencial de valorização nos parece relativamente limitado no curto prazo, dada a forte valorização ocorrida nos últimos meses", diz o texto.

Em evento em São Paulo, o diretor de política econômica do Banco Central, Diogo Guillen, voltou a destacar o fato de que as expectativas de **inflação** ainda estão acima das metas perseguidas pela autoridade, o que poderia exigir uma política monetária mais restritiva. "É algo para continuarmos seguindo [colocar as expectativas nas metas]", afirmou em inglês, em evento realizado pelo J.P. Morgan. As falas contribuíram para uma pressão adicional na ponta mais curta da curva de juros, que encerrou o dia em ligeira alta.

Já no fim da tarde, e na mesma linha, o presidente da distrital do Federal Reserve (Fed) de Nova York, John

Williams, afirmou que o banco central americano terá de manter sua política em patamar restritivo por "algum tempo" para que o equilíbrio da economia dos EUA seja restaurado e a **inflação** do país volte à meta de 2% ao ano.

O banqueiro central repetiu seu tom cauteloso costumeiro ao afirmar que o cenário segue "muito incerto" e exige que o Fed tome suas decisões "reunião a reunião".

Para o economista-chefe da Azimut Brasil Wealth Management, Gino Olivares, o discurso de Williams foi claro e veio no tom certo, sem tentar deduzir os próximos passos do Fed. "Por que julgamos que esse é o tom apropriado? Justamente porque se limitou a dizer o que todos sabemos. Está mais do que claro que, quando membros do Fed tentaram discutir os movimentos futuros da taxa de juros, a volatilidade aumentou. Esse foi o erro do [Jerome] Powell [presidente do Fed] na coletiva de dezembro. Os banqueiros centrais não deveriam introduzir volatilidade. O papel deles é fazer exatamente o oposto", avalia Olivares.

O índice Dow Jones fechou em alta de 0,45%, a 37.695,60 pontos; o S P 500 subiu 0,57%, a 4.783,43 pontos; e o Nasdaq avançou 0,75%, a 14.969,65 pontos. Dando sequência à tendência desta semana, ações das "big techs" americanas puxaram os ganhos. O destaque do dia foi Meta Platforms, que valorizou 3,65% após o banco Mizuho reiterar sua recomendação de compra da ação e elevar o preço-alvo a US\$ 470, de US\$ 400.

Já na renda fixa, os movimentos foram modestos, com a taxa da T-note de dois anos em leve queda, para 4,354%, de 4,367% na véspera, e a da T-note de dez anos subindo de 4,015% a 4,038%. Um leilão de T-notes de dez anos apresentou demanda sólida do mercado.

0,46% foi o recuo do Ibovespa, para 130.841 pontos

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187760>

Europa deve cortar juros antes que os EUA, diz WHG

Eduardo Magossi De São Paulo

A desaceleração mais acentuada da economia europeia deve levar o Banco Central Europeu (BCE) a iniciar o afrouxamento monetário na zona do euro antes que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano), na avaliação de Andrew Reider, e Fernando Fenólio, respectivamente CIO e economista-chefe da WHG.

Segundo eles, embora os mercados estejam precificando que o Fed corte os juros em março, é mais provável vejam o BCE reduzir as taxas nesse mês. "Na Europa, vários indicadores mostram uma desaceleração mais acentuada e o BCE vai ter que compensar. Já nos EUA, embora a inflação esteja caindo, a atividade não está esfriando suficientemente para um corte antecipado nos juros. Acredito que um corte nos Estados Unidos seria mais razoável em maio ou junho", afirma Fenólio. Na avaliação do economista, um início mais tardio pelo Fed, por sua vez, deverá afetar o ritmo dos afrouxamento monetário no Brasil.

Para Reiner, com a perspectiva de redução dos juros, o mercado europeu ficará mais atraente em 2024, ainda que a região possa entrar numa recessão técnica. "Mas recessão não é necessariamente uma crise. A sensação de crise ocorre quando o mercado de trabalho piora muito e não é o caso neste momento, apesar do crescimento bem baixo." A expectativa dos economistas é que o BCE reduza os juros neste de 4% para 2% ao ano.

"Para os EUA, nossa projeção é de um "soft landing" [pouso suave] porque não tem nenhum grande desequilíbrio na economia. Nem as famílias, nem as empresas estão endividadas. Não tem nenhum grande ajuste a ser feito, além do fiscal, e este não será feito mesmo", afirma Reider.

Segundo ele, os EUA têm muitas defasagens, uma questão fiscal difícil e, em ano de eleição americana, é improvável reduzir a dívida pública. "O período de normalização [monetária] vai durar um pouco mais, o que pode ter impacto no Brasil, que é muito sensível ao nível de juros americanos." Fenólio lembra que, em países como Brasil e EUA, os juros subiram muito, mas o efeito total não foi tão sentido por conta da política fiscal expansionista, ancorada no aumento da dívida. "Agora, olhando para frente, o fiscal no Brasil

não vai ser muito agressivo e pode ser negativo. Para cortar mais os juros, o Brasil ficará muito dependente do afrouxamento do Fed para não elevar muito o spread entre as duas taxas e impactar o câmbio", diz.

O Banco Central começou a reduzir a Selic no ano passado e, desde então, a taxa caiu de 13,75% para 11,75% ao ano. Segundo Reiner, porém, o corte feito até agora "não é nada revolucionário, o juro está alto e é cumulativo. Ele lembra que esse patamar ainda pesa sobre a economia, especialmente para as companhias mais endividadas. "Podemos entrar em espiral não muito boa, principalmente se o governo implementar medidas populistas", afirma.

Na avaliação de Reiner, o Brasil pode não ser um bom lugar para investir em 2024. O diferencial de juros em relação aos Estados Unidos, diz ele, deveria ser pelo menos 4 pontos percentuais. "Se o Fed reduzir os juros a até 4,5% neste ano, a Selic poderá chegar a algo entre 8,5% e 9% [no fim do ciclo], se considerarmos um pequeno prêmio. Até 8% de taxa final não é uma loucura." A discussão agora está centrada no ritmo de redução das taxas. Por enquanto, o BC tem feito cortes de 0,5 ponto percentual a cada reunião. O risco, segundo o economista, é a autoridade monetária brasileira acelerar o passo e o Fed realizar um processo mais lento. "Nesse caso, o diferencial pode ficar muito apertado e a moeda não segurar, criando impacto inflacionário", afirma Reiner.

Para o médio prazo, os economistas projetam um cenário mais construtivo para o Brasil e para a América Latina. "Existe hoje um interesse geopolítico pela América Latina. Nessa nova guerra fria entre EUA e China, países como Brasil e Índia são muito grandes para se tomar partido de um ou de outro e, portanto, seguem no radar de todos. Não somos tão competitivos como o México, que está sendo beneficiado pelo "nearshoring" [busca de fornecedores mais próximos] dos EUA, mas somos um "player" desse movimento. No ano passado, o Brasil recebeu cerca de US\$ 60 bilhões em investimento direto. Veja, a BYD escolheu o Brasil para sua primeira fábrica de carros elétricos fora da China", avalia Fenólio.

O petróleo também segue no radar. Reider destaca que a produção nacional de petróleo vai subir muito, saindo de atuais 3 milhões de barris diários para 5 milhões em 2025, quando a produção do pré-sal entrar

em operação total. "Isso vai gerar um saldo comercial de US\$ 30 bilhões por anos, quase dobrando a balança comercial do país e muitas receitas para o governo. Nossa estimativa é que os próximos sete anos vão ter mais de R\$ 1 trilhão só vindos do petróleo. O câmbio vai ser impactado mais diretamente, mas conforme esses recursos forem investidos podem trazer benefícios para outros mercados também".

"Para cortar mais os juros, Brasil ficará muito dependente do afrouxamento do Fed" Fernando Fenólio

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187760>

É cedo para discutir redução de taxa, diz Schnabel

A conselheira do Banco Central Europeu (BCE) Isabel Schnabel disse ontem que ainda é muito cedo para discutir cortes nos juros da zona do euro, durante sessão de perguntas na rede social X (ex-Twitter). "Nós manteremos nossas taxas de juros em níveis restritivos até estarmos confiantes que a **inflação** retorne de forma sustentável para nossa meta de 2%. Isso requer dados adicionais confirmando o processo desinflacionário", disse ela.

O mercado europeu vem precificando até quatro cortes de juros na zona do euro ao longo deste ano em função da desaceleração significativa da economia e da expectativa de que a região esteja entrando em recessão técnica já a partir de março.

Segundo Schnabel, a **inflação** caiu, mas a pressão subjacente nos preços permanece elevada, e as condições financeiras ficaram mais frouxas que o esperado diante da expectativa de cortes de juros, o que abre brechas para um repique da **inflação**.

"A **inflação** caiu de forma significativa devido a uma reversão de choques anteriores e de nosso aperto monetário. Mas a política monetária não irá desfazer o aumento geral do nível de preços à medida que isso exigiria derrubar a economia em uma longa e profunda recessão", disse ela.

A conselheira disse que indicadores essenciais para se medir a **inflação** subjacente são o comportamento dos salários, lucros e produtividade. "Nossa projeção é que a **inflação** atinja a meta de 2% em 2025. Então estamos no caminho certo", disse, ressaltando que tensões geopolíticas criam riscos de alta da **inflação** porque elas podem elevar os preços de energia ou dos fretes. "Por isso precisamos ficar vigilantes", disse.

Ao ser questionada se o BCE perdeu credibilidade, com o mercado precificando cortes de juros em breve, Schnabel respondeu que podem existir "diferentes visões de desenvolvimentos econômicos futuros e sobre o cenário da **inflação**". "Os mercados entendem bem que nossa política monetária é dependente de dados e que nós definimos de forma clara os elementos que nos fazem reagir", disse.

Schnabel lembrou que há evidências de que a economia está saindo do fundo do poço, mas que o cenário de curto prazo segue fraco, em linha com as

projeções do BCE. A economista disse que, embora a economia esteja fraca, o mercado de trabalho segue resiliente, mas a expectativa é que ele perca a força ao longo do ano. "A queda da taxa de desemprego para mínimas históricas confirma a contínua força dos mercados de trabalho. À medida que a **inflação** recua, nós continuamos esperando uma queda gradual no crescimento dos salários em 2024."

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187760>

Banco Mundial mantém previsão para PIB global

O Banco Mundial manteve em 2,4% a sua previsão para o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) global em 2024, o que marcaria o terceiro ano seguido de desaceleração, segundo estimativas do seu relatório de Perspectivas Econômicas Globais, divulgado nesta terça-feira, 9. Contudo, o órgão alerta que a economia global caminha para ter sua pior performance em meia década desde 1990.

O relatório estima que a economia global expandiu 2,6% em 2023 (de 2,1% nas estimativas de junho) e que deve voltar a acelerar levemente a 2,7% em 2025 (de 3,0% anteriormente).

Para o órgão, a desaceleração em 2024 será resultado dos efeitos atrasados do aperto na política monetária e condições financeiras restritivas, ao lado de investimento e comércio globais fracos. Além disso, a atividade enfrentará riscos negativos de possível escalada de conflitos no Oriente Médio, estresse financeiro, entre outros.

Site: <https://dmacervo.com.br/storage/edicoes/2024-01-10%2021:11:52.pdf>

Dólar recua em meio à espera por resultados

O dólar à vista oscilou em margens estreitas ante o real ontem, encerrando a sessão em baixa, com investidores em compasso de espera pela divulgação de dados de **inflação** no Brasil e nos EUA nesta quinta-feira (11), que podem estimular ajustes de posição mais amplos nos próximos dias.

O dólar à vista fechou o dia cotado a R\$ 4,8919 na venda, em baixa de 0,30%. Em janeiro, a moeda norte-americana acumula alta de 0,83%.

Na B3, às 17:28 (de Brasília), o contrato de dólar futuro de primeiro vencimento caía 0,32%, a R\$ 4,9035.

A sessão de ontem foi marcada pela volatilidade reduzida, com o dólar oscilando em margens estreitas ante o real, apesar de ter se mantido durante todo o tempo no território negativo.

A moeda à vista oscilou da mínima de R\$ 4,8784 (-0,58%), às 10h30, à máxima de R\$ 4,9064 (-0,01%), às 11h36.

A queda das cotações no Brasil esteve em sintonia com a baixa da moeda norte-americana ante boa parte das demais divisas no exterior, onde os investidores aguardam com ansiedade a divulgação do índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) dos EUA na quinta-feira.

Profissionais do mercado alertam que, caso a **inflação** dos EUA surpreenda para cima, a curva de juros norte-americana tende a passar por novos ajustes de alta, refletindo a redução das apostas de que o Federal Reserve iniciará o processo de corte de juros já em março. Este cenário é favorável à alta do dólar ante as demais moedas, incluindo o real.

"Dados de **inflação** acima do esperado nos EUA podem estressar a curva (de juros) de lá, o que pode gerar pressão para o câmbio", comentou o economista-chefe da Suno, Gustavo Sung.

"Vimos uma relativa melhora para o câmbio no fim do ano passado, com o dólar se estabilizando. A dúvida é como ficará o câmbio em função dos dados e do Fed", acrescentou.

Por outro lado, caso o CPI norte-americano venha abaixo do esperado, isso pode levar a nova rodada de retirada de prêmios da curva de juros norte-americana, favorecendo a queda do dólar.

"Me parece consenso que a direção natural é o dólar para baixo, muito por conta da balança de pagamentos brasileira. Temos visto um fluxo muito forte de moeda para o Brasil", pontuou ahead de renda fixa da Manchester Investimentos, Rafael Sueishi.

"A tendência é o dólar para baixo, mas com volatilidade com os indicadores", acrescentou, em referência às divulgações previstas para quinta-feira.

No Brasil, a expectativa recai sobre o anúncio do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de dezembro.

Porém, a visão do mercado é de que o indicador tem menos potencial para alterar as expectativas em torno do Banco Central, que vem sinalizando para as próximas duas reuniões de política monetária cortes de 0,50 ponto percentual da taxa básica Selic, atualmente em 11,75% ao ano.

Ontem, a curva de juros brasileira seguia precificando em quase 100% a chance de corte de meio ponto percentual da Selic este mês.

Às 17:28 (de Brasília), o índice do dólar -- que mede o desempenho da moeda norte-americana frente a uma cesta de seis divisas -- caía 0,09%, a 102,410.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-11-01-2024/>

Commodities em baixa voltam a afetar a bolsa

O Ibovespa recuou ontem, perdendo o patamar dos 131 mil pontos, com pressão negativa dos papéis de empresas ligadas a commodities, na contramão do desempenho positivo dos principais índices acionários em Wall Street.

Índice de referência do mercado acionário brasileiro, o Ibovespa caiu 0,46%, a 130.841,09 pontos, tendo oscilado entre a mínima de 130.438,06 pontos e a máxima de 131.627,6 pontos durante a sessão. O volume financeiro somou R\$ 19,6 bilhões.

Um cenário desfavorável para os preços do petróleo no exterior e a queda do minério de ferro na Ásia impactaram o desempenho de Vale e Petrobras, de forte peso no Ibovespa.

Os papéis da petrolífera e da mineradora responderam por maior parte da queda do índice, que chegou a atingir mais cedo seu menor nível intradia este ano.

Para o analista da Toro Investimentos, Lucas Serra, o movimento de baixa no pregão também pode estar refletindo ajustes de posições, após alta expressiva em 2023, quando o índice registrou seu melhor desempenho em quatro anos.

"(Em) janeiro a gente pode acabar vendo algum desmonte de posições", disse Serra.

Nos Estados Unidos, os principais índices em Wall Street fecharam no azul, em meio à expectativa por dados da **inflação** norte-americana na quinta-feira, que podem oferecer pistas sobre a trajetória de política monetária do Federal Reserve.

No Brasil, será divulgado na mesma data o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de dezembro.

"A volatilidade do início do ano está muito pela divergência sobre quando a gente deve ter realmente uma queda de juros nos EUA", disse o analista da Buena Vista Capital, Renato Nobile.

O Ibovespa acumula queda de 2,5% até agora em 2024.

Desde o começo do ano, o índice tem alternado entre altas e baixas no fechamento.

"O mais importante é o cenário 'macro', que realmente está em uma realização de lucros nesse início do ano, e falando do cenário local, (o mercado está) principalmente na expectativa do fiscal, do fechamento de contas", acrescentou Nobile.

Em meio ao debate acerca da medida provisória de reoneração da folha de pagamento, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, defendeu ontem que o limite da discussão sobre a MP é a responsabilidade fiscal.

Destaques - Vale ON caiu 1,50%, a R\$ 72,23, principal contribuição negativa para o Ibovespa, com os contratos futuros do minério de ferro em sua quinta sessão consecutiva de queda. O índice de referência de Cingapura atingiu seu nível mais baixo em quase três semanas, com um mercado de aço mais fraco e falta de novos estímulos na China, principal consumidor. Também no setor de mineração e siderurgia, Gerdau ON recuou 2,98%, a R\$ 21,48, e CSN Mineração ON perdeu 2,12%, a R\$ 7,37.

Petrobras PN desvalorizou -se 0,92%, a R\$ 37,75, e Petrobras ON recuou 0,99%, a R\$ 39,03, em meio à queda dos preços do petróleo no exterior durante a sessão. A Petrobras comunicou à Vibra que não pretende renovar nos termos atuais o acordo de licenciamento de marcas com a empresa ao final do contrato em junho de 2029, informou a antiga BR Distribuidora, cujos papéis subiram 0,8% na sessão. Prio ON perdeu 4,17%, a R\$ 44,35.

Eletrobras ON subiu 2,59%, a R\$ 42,76, a principal contribuição positiva para o Ibovespa, enquanto Cemig PN valorizou -se 0,08%, a R\$ 12,01, Engie Brasil ON recuou 0,20%, a R\$ 44,32, e CPFL Energia ON subiu 0,10%, a R\$ 38,54.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-11-01-2024/>

Guillen: cenário externo ainda é volátil

O diretor de Política Econômica do Banco Central, Diogo Guillen, disse ontem que não há relação mecânica entre o ambiente externo e a política monetária brasileira, e que eventos internacionais apenas entram no balanço de risco da autarquia e têm os mecanismos de transmissão avaliados.

Falando em palestra da JP Morgan Brazil Opportunities Conference, Guillen disse que o cenário global está menos adverso que na reunião anterior do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC, mas ainda assim está "volátil".

"Não há relação mecânica entre o ambiente externo e o doméstico em relação à política monetária, nós incorporamos esse fator em nossas projeções, em nosso balanço de riscos e de lá nós avaliamos a melhor reação", disse.

O diretor afirmou que o BC se sentiu confiante em sinalizar que vê novos cortes de 0,50 ponto percentual nos juros básicos do País nas próximas duas reuniões do Copom, mas enfatizou que o colegiado optou por não comunicar qual seria a taxa ao fim do ciclo de flexibilização monetária.

O BC decidiu em dezembro fazer o quarto corte consecutivo de 0,50 ponto percentual na Selic, levando a taxa a 11,75% ao ano, antevendo reduções equivalentes nas próximas reuniões. Um novo encontro do colegiado está marcado para 30 e 31 de janeiro.

Guillen ressaltou que a desancoragem das expectativas de **inflação** no Brasil para períodos longos é uma preocupação e isso exige uma política monetária restritiva.

Ainda assim, ele afirmou que os núcleos de **inflação**, medidas que não consideram itens mais voláteis, estão alcançando a meta, enquanto a **inflação** cheia está caindo.

Sobre a cena local, ele disse que o Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil se recuperou à tendência do pré-pandemia.

Segundo ele, a desaceleração da atividade observada no terceiro trimestre de 2023 é consistente com o cenário desenhado pelo BC.

O diretor ainda afirmou que o Banco Central está monitorando o mercado de trabalho, que tem se

mostrado aquecido, mas ponderou que não há evidência de pressões significativas de salários no País.

Após o governo regularizar em dezembro o repasse de mais de US\$ 90 bilhões em precatórios que estavam acumulados, ele disse que o pagamento desses valores não deve gerar ganho significativo à atividade econômica.

Em relação ao câmbio, Guillen afirmou que o BC não fez nenhuma intervenção nesse mercado em 2023 porque não foram observadas lacunas de liquidez ou disfuncionalidades.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-11-01-2024/>

Inflação contraria expectativas e deve ficar abaixo do teto da meta

G1

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulga nesta quinta-feira (11) os números finais da **inflação** oficial do Brasil. Contrariando as expectativas do início de 2023, o indicador deve fechar o ano abaixo do teto da meta de **inflação**.

O sistema de metas determina que o Banco Central (BC) deve fazer o manejo da taxa básica de juros, a Selic, para levar a **inflação** a um número específico a cada ano.

Quem determina esse número é o Conselho Monetário Nacional (CMN), composto pelos ministros da Fazenda, do Planejamento e pelo próprio presidente do BC. Em 2023, a meta de **inflação** era de 3,25%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos (de 1,75% a 4,75%).

O país não atingia nem mesmo o teto da meta desde 2020. E as projeções de economistas no início de 2023 diziam que o ano não seria diferente.

O primeiro boletim Focus do ano passado - relatório divulgado pelo BC com os números esperados por mais de 100 instituições financeiras do país - mostrava que os especialistas previam uma **inflação** fechada de 5,31% em 2023.

Uma porção de fenômenos, porém, fez com que a projeção do Focus para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) caísse quase 1 ponto percentual, para a casa dos 4,46%.

A reportagem ouviu economistas para entender o que mudou, quais fatores levaram a **inflação** de volta à meta e qual o cenário para 2024.

Para André Braz, economista do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), o comportamento dos preços de alimentos foi decisivo para conter a **inflação** em 2023.

O primeiro semestre ficou marcado por uma supersafra agrícola no Brasil, que favoreceu a produção e reduziu os custos de alimentos.

Além de ajudar as exportações e controlar a cotação do dólar, uma maior oferta de grãos puxou para baixo

os preços do subgrupo de Alimentação no domicílio, que é composto por frutas, legumes e carnes in natura.

"Com grãos mais baratos, os animais que consumimos [carne bovina, suína e aves] tiveram custo de criação reduzido. Ou seja, rações mais baratas também resultaram em queda nos preços das carnes", explica.

"Tudo isso junto fez com que, em média, os alimentos (no domicílio) recuassem 1% no ano." Os resultados só não são mais perceptíveis porque os alimentos tiveram uma fortíssima alta acumulada desde a pandemia de Covid-19. Antes de cair no ano passado, o grupo Alimentação no domicílio subiu quase 40% entre 2020 e 2022.

Outro marco da desinflação em 2023 foi a redução de preços de bens duráveis. São itens que tiveram um ganho de procura durante a pandemia, conforme trabalhadores mudavam os hábitos de consumo já que não tinham onde gastar com a economia fechada.

Luciano Telo, do UBS, espera taxa Selic de 9% neste ano

o que podemos esperar para 2024? Temos falado muito para os investidores que 2024 pode ser um ano muito bom para ativos financeiros. Viemos de dois anos difíceis - 2021,2022 foram anos de subida de juros no mundo, depois da **inflação** que se seguiu à pandemia. Então os bancos centrais do mundo inteiro, principalmente o Banco Central americano, (estavam) tentando lidar com a **inflação**, jogando os juros para cima, o que é um **vento** contra investimentos financeiros em geral. E, agora, 2023 já foi um ano melhor. Temos visto uma convergência da **inflação** lá fora. O Brasil já está mais adiantado nesse processo. No Brasil, já tem uma convergência maior da **inflação**. Aqui, já começou a cortar juros, e esperamos que 2024 seja um ano que, potencialmente nos Estados Unidos, comece a cortar juros também - achamos que é mais para o final do ano que vem, eventualmente até começo de 2025, muito provavelmente final de 2024. E, quando lá fora tem uma situação mais benigna de **inflação** sob controle e juros caindo lá fora, é mais fácil para qualquer investimento financeiro no mundo, inclusive no Brasil.

Podemos esperar uma queda de juros maior este ano no Brasil, chegando a 9% até o meio do ano? E o que isso influencia no cenário político-econômico e para o investidor? Nós de fato projetamos que esses cortes de juros começaram em agosto de 2023 e eles entram em 2024 - a cada reunião (do Copom), a cada 45 dias, o Banco Central tem cortado a taxa, e o mercado tem um consenso hoje, próximo a 9% ao ano de taxa final (da Selic). Até temos uma projeção no UBS que pode ser até um pouco mais baixo do que isso. Mas o fato é que tem cortes contratado de juros para chegar até pelo menos os 9% (na taxa Selic), que parece ser o estado mais normal do Brasil. Quando não está combatendo a **inflação** nem procurando estimular a economia demais, quando está em equilíbrio, nos parece uma **inflação** de 4% estrutural com juro real de 5%. Então (taxa Selic) de 9% parece ser o equilíbrio do Brasil... Geralmente, o ciclo de corte de juros termina um pouquinho estimulativo, então pode ser que chegue até 8% mesmo. Vamos ter que avaliar quando chegar ali mais perto, mas, de uma maneira geral tem prêmio, ou seja, se você quiser ficar pré-fixado, continuamos tendo essa posição nas carteiras (de investimentos). Achamos que o mercado ainda vai perceber que os cortes vão continuar e que vai projetar taxas um pouco mais baixas ao longo de 2024.

O UBS tem falado muito de aplicação em renda fixa, não é? Qual tem sido a orientação em relação à renda fixa? Nossa maior convicção no mercado externo é comprar títulos longos de renda fixa a juros nominais de longo prazo, de boa qualidade de crédito. Então, por exemplo, um título do governo americano de cinco a sete anos de prazo, e nós achamos que isso vai dar uma valorização para investidores... Os juros tão anormalmente altos nos Estados Unidos devem cair ao longo do tempo quando os juros caem, e você travou uma taxa alta por um período longo, você tem um ganho. Então nós temos muita convicção na renda fixa de longo prazo nos Estados Unidos, e a mesma convicção que temos lá fora (do Brasil), nós também temos aqui. O Brasil está em processo já de corte de juros, mais avançado do que lá fora, e lá fora, caindo os juros, há mais uma razão para cair juros aqui. Então, se você comprar, por exemplo, um título ligado à **inflação**, que nossos juros de longo prazo não são juros nominais... se quiser comprar títulos para 2035 ou até 2050, tem que comprar títulos indexados à **inflação**, que tem uma parcela que você trava de juros da **inflação**, mais a **inflação** que vai correr lá na frente. Nós achamos que esse tipo de ativo ainda tem espaço para ganhar preço. Temos visto uma remuneração perto de 5,5%, acima da **inflação**, e podemos ver isso cair em direção a 5% e, eventualmente, até um pouco abaixo disso. Temos uma convicção grande também na renda fixa.

Por que estamos tão ligados à economia norte-americana e quais são os fatores que vocês veem, lá na frente; que ela pode desacelerar e talvez de uma maneira mais contundente? No mercado financeiro, Estados Unidos é desproporcional em relação até ao próprio **PIB**. E a maior economia do mundo, mas a hegemonia no mercado financeiro ainda é maior do que a posição dela em **PIB**. Então o grande custo de oportunidade do mundo é um investimento em dólar. Ainda tem essa discussão toda sobre outras moedas pegando um espaço de reserva de valor do dólar. Ainda é o dólar a grande reserva de valor do mundo.

Isso não vai mudar nos próximos anos? Achamos que não muda, e ainda tende a ser o dólar a grande referência. Então é uma discussão para médio e longo prazo, mas não está nem no horizonte do investidor agora pensar nisso. Então imaginamos que, olhando para a economia americana, você vai ter um balizador

de nível de juros de referência para o mundo. E, aí, isso importa para ativos financeiros. Em relação ao fluxo comercial, realmente não é tão relevante assim o Brasil, mas ele faz parte desse mundo integrado do ponto de vista financeiro. Então é importante olhar para o que acontece lá fora como custo de oportunidade para o Brasil.

O UBS está em posições em Minas Gerais, no país inteiro. Como está a instituição financeira? O UBS é forte, está em Minas Gerais, também em algumas cidades brasileiras - Rio de Janeiro, Curitiba, Recife e São Paulo, que é a sede no Brasil. É um banco muito grande globalmente, ficou entre os maiores gestores de recurso. Nós temos um foco grande em gestão de recursos de famílias. E, no Brasil, temos uma operação muito grande local. Então nós ficamos muito otimistas com 2024, e olhando para frente, porque tem que ter uma posição grande com pesquisa, análise global, para conseguir entender os movimentos do mundo. Mas tem que ter também uma posição muito importante no Brasil, capacidade de pesquisa, de análise, está no mercado aqui; como a gente está há muito tempo para conseguir fazer as duas pontas, porque boa parte dos recursos brasileiros, 90% ou mais, está aqui no Brasil.

O que você tem achado de Minas Gerais, da economia? É um mercado muito importante, nós temos que estar aqui sempre. Muitas das coisas que analisamos de Brasil passam por Minas Gerais, como sempre passaram. Então é importante estar sempre aqui para conversar com os investidores locais e também pegar um pouco dessa visão do que eles estão pensando. Então nós falamos de mineração, de agronegócio, de indústria... Tem muita coisa importante que está em Minas, e isso também nos ajuda a ter essa interlocução.

O mundo ainda está globalizado, mesmo com essa desglobalização de Estados Unidos e China, não é? Mesmo que desglobalize no sentido de ter a cadeia de produção na China e vender nos EUA, naquela estrutura que a China recebia esse excedente e investia de novo nos EUA com juros baixos e você fazia essa conexão. Essa estrutura vai diminuir, EUA vão tentar fazer a produção no México, em outros lugares, e a China vai procurar outros mercados para vender.

"O próximo presidente do Banco Central vai assumir com a **inflação** já mais sob controle."

"Tem uma vulnerabilidade hoje no Brasil que é a relação de arrecadação e gastos do governo."

Site: <https://www.otempo.com.br>